



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESTADO RIO DE JANEIRO  
Centro de Ciências Humanas - CCH  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social**

**Documentação Audiovisual:  
Instrumento de Construção da Memória da Favela do  
Chapéu Mangueira.**

**Ana Cristina da Conceição Arruda**

**Documentação Audiovisual:  
Instrumento de Construção da Memória da Favela do  
Chapéu Mangueira.**

**Ana Cristina da Conceição Arruda**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Documento sob a orientação da professora Regina Abreu.

P...m  
2006

Arruda, Ana Cristina da Conceição  
Documentação Audiovisual: instrumento de construção da memória da favela do Chapéu Mangueira / Ana Cristina da Conceição Arruda. – Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH/PPGMS, 84p. : il.; 29 cm.

Dissertação (mestrado) – UNIRIO. Pós Graduação em Memória Social, 2006.  
Orientadora: Regina Abreu.

1.Memória. 2. Favela. 3.Narrativa. I. Abreu, Regina (orient.). II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Memória Social.

**Documentação Audiovisual:  
Instrumento de Construção da Memória da Favela do  
Chapéu Mangueira.**

**Ana Cristina da Conceição Arruda**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Márcia da Silva Pereira Leite  
(Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ)

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Doyle Dodebei  
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

---

Profa. Dra. Regina Maria do Rêgo Monteiro de Abreu  
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Ao mestre *Nailton Agostinho Maia*,  
pelo amor dedicado ao ramo da Educação,  
idealização do projeto “Versão do Passado”  
e incentivo à parceria  
“Universidade e Favela”

**AGRADECIMENTOS:**

Aos Meus Pais, por me impulsionarem ao estudo e ao progresso profissional.

Marcus Fonseca, cujo amor e aconchego estiveram sempre presente em todos os momentos.

Helena Mesquita, pelo despertar para a vida!

Profa. Regina Abreu, pela orientação que contribuiu para o amadurecimento dessa dissertação.

Prof. Marco Aurélio Santana, pela colaboração na fase de qualificação do trabalho.

João Marcus Figueiredo Assis, pela atenção e incentivo ao ingresso no curso de Mestrado.

José Augusto de Almeida Neto e Roberto de Mattos Almeida, profissionais competentes, amigos leais e eternos, pela compreensão e apoio nas horas de ausência durante o expediente.

Luciana Assis Chaves e Maria Renata Ribeiro da Silva, funcionárias prestativas, pelo respeito às regras do setor de trabalho, lhes ofereço o melhor de mim: minha amizade.

Erika Samanta, Katia Jordânia e Mauricio Brito Carvalho, pelo carinho e boa vontade na hora de revisar a dissertação.

Maria Augusta Do Nascimento Silva, Lucio De Paula Bispo, Alfriza Rodrigues De Souza, Conceição Ferreira Da Silva (in memoriam), Regina Maria Rivoredo, Gibeon De Brito Silva e os demais integrantes do grupo com “vontade de memória” do Chapéu Mangueira, por serem a “coluna vertebral” desta dissertação.

Edson Menezes, presidente da associação de moradores de Chapéu Mangueira e Ângela, sua irmã, pela boa vontade em colaborar com as

atividades do projeto e cessão dos documentos guardados na sede da associação.

Luciana Sarmiento, pelo tratamento digital dado aos documentos e fotos que compõem este trabalho.

Ivana Gouveia, coordenadora do NECC, Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária das Faculdades Integradas Hélio Alonso, pela confiança no desenvolvimento do projeto “Versão do Passado” e pela cessão de fotos e documentos relacionados ao Chapéu Mangueira.

Michelle Alves e Pedro Pio, estagiários da equipe do “Versão do Passado”, pela dedicação e força de vontade cedidos para a produção do projeto.

Wellington Rosalin, Brenda Oliveira, Glauber Cruz e André Vieira, talentosos cinegrafistas, pela qualidade do trabalho nas gravações das entrevistas.

Tatiane Rocha, moradora do Chapéu, meu braço direito, pelo carinho e paciência em me acompanhar nas incursões pela favela, conseguir informações e produzir as entrevistas para o projeto “Versão do Passado”.

## SUMÁRIO

1. A Vontade de memória da comunidade do Chapéu Mangueira	10
1.1. Favela x Comunidade: origem e desenvolvimento	15
1.2. Como surgiu a vontade de memória	20
1.3. Nome: Renné de L'Orme, a missionária. Endereço: memória dos moradores do Chapéu Mangueira	23
2. Versão do passado: um projeto de documentação audiovisual	43
2.1. Desenvolvimento do projeto: a preservação da memória do grupo	47
2.2. O Recurso audiovisual como metodologia das narrativas dos moradores do Chapéu Mangueira	52
2.3. Documento audiovisual : recurso de construção da memória	57
3. Acervo do Chapéu Mangueira: a memória audiovisual como elo entre gerações	64
4. Considerações Finais	77
Abstract	80
5. Bibliografia	81
6. Anexo	84

ARRUDA, Ana Cristina da C. **Documentação Audiovisual: instrumento de construção da memória da favela do Chapéu Mangueira.** [Áudio-visual Document: Chapéu Mangueira slum's memory construction instrument]. Rio de Janeiro, 2006. 84p. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

## **RESUMO**

Este trabalho trata da construção da memória da favela do Chapéu Mangueira, localizada no Leme, bairro da zona sul do Rio de Janeiro. As narrativas de um grupo de moradores, envolvendo suas histórias de vida e do desenvolvimento do local, compõem essa memória através do registro audiovisual, com a captação de áudio e imagem por câmeras de vídeo.

Além da preservação da memória, o trabalho analisa o papel das pessoas que compõem este grupo, enquanto narradores e moradores de uma favela e a forma de documentação adotada para as narrativas, que tem por objetivo legar para as gerações futuras o que foi feito e quem contribuiu com as melhorias encontradas no local nos dias de hoje.

## 1 - A VONTADE DE MEMÓRIA DA COMUNIDADE DO CHAPÉU MANGUEIRA

*Recordar é viver*

*(dito popular)*

A simplicidade de um dito popular é capaz de expressar a real importância de uma faculdade mental que desperta o interesse de muitos pesquisadores da área de Ciências Humanas: a memória. Se, de fato, “recordar é viver”, isto significa que o tempo presente é delineado pelas ações do passado e que as lembranças deste tempo são envolvidas pela energia do momento que se recorda. Se analisarmos sob o ponto de vista social, memória é assim vista: um processo histórico que resulta das interpretações feitas, dos acontecimentos já ocorridos e da predominância de uma das versões e o esquecimento das demais.

A história de uma nação se apresenta como uma construção, envolvendo acontecimentos escolhidos por historiadores, visando uma idéia de totalidade. Dentre estes fatos, destacam-se aqueles que marcam a unanimidade da população, pois oferecem um referencial de tempo determinado. Em oposição à história, podemos perceber que as interações dos indivíduos dessa nação com diversos grupos sociais em seu próprio território e as experiências coletivas e individuais, vivenciadas dentro deles, acabam por colaborar para a formação das histórias locais. Elas não têm a mesma repercussão e importância no contexto da história nacional, mas não é por isso que se tornam menos dignas para quem as vive: a preservação dessa memória, por quem ajudou a construí-la, manifesta uma vontade de memória. Halbwachs (1990) define assim as características de memória e história:

A história não é todo o passado mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história

viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (p.67)

Uma vez que a história sobrevive da “morte” da memória, ou seja, é preciso que a segunda se dissipe para que a primeira construa seu alicerce, como se mantém viva? Ao longo de seu desenvolvimento, a memória coletiva promove a fusão das memórias individual e dos grupos que a compuseram e, assim, o esquecimento de alguns fatos já decorridos ou simplesmente os grupos que os guardavam desapareceram. Este lento esgotamento social encarrega aos mais velhos a missão de perpetuar a memória, repassando-a para as demais gerações que um dia a reproduzirão, acrescentando seus pontos de vista e impressões, percebidos enquanto estavam na posição de ouvintes. Por estarem mais liberados de suas obrigações sociais, os idosos têm, no grupo social, a referência da memória. Sua presença, seja em núcleo familiar ou outro mais abrangente, consegue revelar, através da oralidade, acontecimentos de uma determinada época de maneira singular, graças ao contorno e impressões expressos pelo idoso em fatos que, em alguns casos, sequer passou de espectador, ou até de um mero ouvinte. É através da memória coletiva que conseguimos enxergar um grupo social por dentro. Isso acontece quando seus componentes narram os acontecimentos dos quais fazem parte, tanto de sua vida como da do grupo. Estes narradores acabam se reconhecendo nas imagens que esta memória discorre através do tempo. A memória coletiva colabora para o desenvolvimento dos contornos fundamentais do grupo, uma vez que fixa a atenção deste na sua relação com os outros membros do grupo. Além disso, o seu desenrolar é dotado de leveza e, com o decorrer do tempo, ela não impõe um contexto psicológico no qual o indivíduo deve se inserir:

dentro da corrente contínua de transformações, ele vai lembrar com mais facilidade os acontecimentos que o marcaram.

Esse interesse e preocupação dos membros do grupo social em manter viva a memória se concentram, sobretudo em diferenças, com base em semelhanças e abstrações. Com a memória, a fluência dessas lembranças ocorre de forma mais natural, como observa Halbwachs (1990):

Para que se possa falar de memória, é necessário que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério. Cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos. Mas o que nos chama atenção, é que, na memória, similitudes passam entretanto para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera o seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. (p.87)

A dissertação: “Documentação Audiovisual: instrumento de construção da memória da favela do Chapéu Mangueira” se propõe a tratar da vontade de memória de um grupo social e seus objetivos e, a partir desse tema, abrir caminhos para promover debates sobre os métodos e instrumentos utilizados para a preservação da memória, considerando a prática de uma estratégia adotada por um segmento do grupo social. Os membros de um grupo vivem para si e para a sociedade e se preocupam com sentimentos e imagens que remontam estas lembranças, os componentes da substância dos seus pensamentos. Aquilo que o tempo não modifica essencialmente ocupa mais espaço na memória. Existem grupos cujos integrantes se esforçam, como no caso do Chapéu Mangueira, dentro do âmbito geográfico que habitam, em perpetuar a sua história junto às gerações seguintes, destacando a importância de se ter o conhecimento a respeito do desenvolvimento do lugar encontrado no tempo presente.

Este trabalho tem por objetivo analisar o conteúdo e a finalidade das produções audiovisuais da favela do Chapéu Mangueira, localizada no bairro do Leme, município do Rio de Janeiro. Será necessário investigar e identificar, a partir do desenvolvimento do projeto “Versão do Passado”, em que os recursos audiovisuais são utilizados pelos cidadãos que o compõem, fazendo do projeto a forma de captação das narrativas orais: um instrumento de registro e construção da memória do meio social em que vivem. Apurar também até que ponto se pretende, a preservação da memória do grupo pela utilização do recurso audiovisual para o registro das narrativas e construção do documento e os objetivos que se expressam de maneira subliminar durante a produção do documento.

Além disso, analisar o documento audiovisual finalizado e sua contribuição, como instrumento de construção da memória do desenvolvimento do local, à aplicação das narrativas orais como método de resgate dessa história e estudar o impacto e a repercussão das narrativas no grupo social. E também argumentar o caráter documental do projeto “Versão do Passado”, desenvolvido no local pela iniciativa de um grupo de moradores, visando o registro das narrativas orais e de sua colocação como o primeiro documento a contar a história do Chapéu Mangueira.

Nossa proposta é mostrar a favela sob a ótica de seus moradores, em especial o grupo de moradores que manifestou o desejo de construir a memória do local e seus desejos e expectativas em relação à construção de seu documento audiovisual.

A proposta para a estrutura desta dissertação é a sua divisão em três capítulos: no primeiro, veremos um pouco da história da origem da favela e seu crescimento, como surgiu a vontade do desenvolvimento desta dissertação e a vontade de memória dos moradores do Chapéu Mangueira. O que motivou um

grupo de pessoas a contar a história do local em que vivem, que objetivos almejam com esta construção e por que surgiu esta necessidade. Este grupo se caracteriza por pessoas com 50 anos de idade ou mais e com mais de 30 de moradia no local. Para esta abordagem, consultarei as obras que tratam da questão da memória social e coletiva, o papel dos narradores na construção da história do grupo e do papel social desempenhado pelo idoso na construção dessa memória. Será contada também a história de Renné de L'Orme, uma missionária francesa que trabalhou no local por mais de 30 anos. Uma personagem que sobrevive no imaginário de quem conviveu com ela e através das histórias que estes atores sociais contam para as gerações que não a conheceram.

No segundo capítulo, abordamos o projeto “Versão do Passado”, objeto prático de estudo desta dissertação e o instrumento de construção da memória do Chapéu Mangueira, que tem por objetivo formar o acervo da história do local. Seu registro é audiovisual e sua base são as narrativas orais dos moradores mais antigos que contam, através de sua história de vida, o que reflete na história do local. A fundamentação teórica deste capítulo será composta pela abordagem dos seguintes assuntos: a aplicação da narrativa como método de preservação da memória, as representações sociais almeçadas pelas pessoas que promovem a reconstrução dessa memória e os objetivos a serem alcançados com este formato de preservação, a associação do discurso com os gestos manifestados durante a narrativa e a sua posterior análise, a partir da captação audiovisual por câmeras de vídeo.

No terceiro e último capítulo, vamos analisar a forma e os critérios adotados para a montagem do acervo do Chapéu Mangueira. Com um acervo composto por elementos audiovisuais, o objetivo de fazer dele o primeiro documento oficial pode

criar uma melhor ligação entre as gerações presente e futura. Nessa parte do trabalho, os assuntos abordados serão: a construção de acervos documentais, patrimônio imaterial e imagético. No corpo do texto da dissertação, serão encontradas fotos, recortes de jornal e documentos colhidos por arquivo do NECC, Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária das Faculdades Integradas Hélio Alonso, e no material acumulado na associação de moradores.

### **1.1 – FAVELA X COMUNIDADE: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>**

*E muito nosso povo trabalhou,  
para o morro ter progresso,  
tudo em mutirão se organizou.\**

O hábito de enxergar as coisas sempre dispostas de uma única maneira tende a nos afastar da origem, de como tudo começou. Parte integrante da paisagem carioca, as favelas não tiveram sempre o mesmo aspecto. Ocorreram sensíveis mudanças: os barracos de zinco e madeira deram lugar a construções em alvenaria. Seus moradores tiveram o próprio perfil alterado: já não são tão pobres e o nível de escolaridade saiu da linha do analfabetismo. Essas mudanças ocorreram não só pela forma de se ver como morador de favela, mas por esta ter se tornado alvo das preocupações do Estado e da igreja bem como objeto de estudo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros da área de Ciências Sociais, com ações intensificadas a partir dos anos 1960.

---

<sup>1</sup> Esse item do trabalho é resultado da análise dos capítulos I e II da obra de Licia do Prado Valladares: “A invenção da favela”, Editora FGV, 2005.

Segundo Valladares (2005), a origem da “favella”, assim grafado no início do século XX, está ligada à guerra de Canudos. Os soldados que combateram no sertão baiano retornaram ao Rio de Janeiro, a capital federal na época, para receber seus soldos atrasados. Eles se instalaram onde hoje se encontra o morro da Providência, batizado então de morro da “favella”. O modo como estes soldados ocuparam o local reproduzia a disposição do povoado de Canudos, como descreve a autora, com base em artigos jornalísticos do início do século:

No Rio, como em Canudos, o morro oferece uma posição estratégica. Por sua posição privilegiada ele se debruça sobre a cidade e, isolado, oculta de quem observa de baixo aquilo que se passa do alto. Todos aqueles que chegam à sua parte mais elevada, como em Canudos, experimentam uma sensação de medo misturada a uma espécie de fascinação. (pág. 31)

Acredita-se que o nome morro da “favella” repetia o nome de um local situado em Monte Santo, município do estado da Bahia, onde se encontrava uma espécie de árvore (favella), a mesma vegetação do morro da Providência. A obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, representa a descrição de Canudos e é através dessa narrativa que conseguimos ter noção de como era esse local, juntamente com a ação dos soldados no morro da “favella”: a fixação em lugar alto remete à posição estratégica de guerra. A respeito deste mito fundador, Valladares (2005) afirma:

A marca de Canudos sobre esse momento fundador é bastante evidente. No entanto, o que pretendemos demonstrar não é o mito de origem da favela carioca resultado apenas da referência geográfica ao povoado de Canudos, nem da referência histórica à batalha final. Mas, de ter essa marca se apoiado, de fato, no relato desses acontecimentos feito por Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*. (pág. 29)

A partir dos anos 1940, entra em cena a igreja católica dentro das favelas. Isto não quer dizer que esta década tenha marcado a entrada da religião nos locais;

ela já existia, mas agora aparecia em forma de assistencialismo. A criação da Fundação Leão XIII, em 1947, e da Cruzada São Sebastião, em 1955, por Dom Hélder Câmara, marcam uma nova fase de compreensão do conceito de favela: lugar constituído de moradias precárias, sem acesso aos serviços públicos e saneamento básico e população de baixa renda, ou seja, local e pessoas carentes, necessitados de atenção e de uma “força” de fora do local de moradia que os ajude a batalhar por seus direitos para, enfim, alcançar uma qualidade de vida melhor.

Ainda neste capítulo, no item 1.3, vamos conhecer o papel de uma missionária no desenvolvimento do Chapéu Mangueira. Seu trabalho apresenta características semelhantes aos do trabalho da Cruzada São Sebastião: “o princípio do desenvolvimento comunitário (...) fundamentava-se na certeza de que, sem a participação dos principais interessados nada poderia dar certo”. (VALLADARES, 2005, pág. 77).

Uma idéia bem difundida pelas bases católicas nas favelas é a de *comunidade*, que promove uma nova visão política a respeito destes locais. Visava-se a formação de indivíduos com capacidade de pensar a política de maneira autônoma e assim acabar com a relação clientelista estabelecida com os políticos. Com o passar do tempo, o termo “comunidade” ganhou novas conotações, de acordo com os interesses expressos nos discursos, como explica Valladares (2005):

As associações de moradores, apesar de uma longa história que alterna oposição ao governo e práticas de cooperação, também usam o mesmo argumento da especificidade. Os dirigentes dessas associações, para qualificar o conjunto de moradores que representam, utilizam o termo “comunidade”, o que manifesta a vontade de substituir o termo “favela”, considerado pejorativo, por uma noção positiva. O uso deste termo também legitima o seu próprio estatuto como representante investido pela comunidade, mas também oculta todas as diferenças e conflitos existentes entre os diversos espaços ou entre os próprios habitantes. A noção de comunidade supõe uma idéia de união – que nem sempre tem sido característica dessas associações e de seus territórios. E assim

mascara a diversidade das situações sociais e a multiplicidade dos interesses presentes em uma estrutura freqüentemente mais atomizada do que comunitária. (pág. 159)

Na realidade, o clientelismo nunca se extinguiu e nem o conceito de comunidade, com a suposta unidade de idéias e opiniões, foi entendido e aplicado em sua totalidade. A utilização do rótulo “comunidade carente” pelas associações de moradores, como argumento para reivindicar melhorias, se baseia na incompletude do local: falta luz elétrica, caminhos de acesso, água, itens básicos que não faltam em uma sociedade mais ampla, mas suas ausências acabam por inserir os favelados na condição de carentes. A presença católica nas favelas revelou apenas uma razoável eficácia, mas não deixou de contribuir positivamente para ampliação do conceito de favela que conhecemos hoje: local de moradia onde as casas se dispõem de forma singular; igualmente singular é a solução para abastecimento de água e escoamento de esgoto e o melhor: população composta por indivíduos de diferentes faixas etárias, de renda e níveis de escolaridade. Em suma: povo tão heterogêneo que não cabe no sentido unificado de comunidade.

Paralelo às ações da igreja, o fenômeno das favelas despertou a atenção dos pesquisadores da área de Ciências Sociais americanos. Pode-se destacar a atuação do *Peace Corps*, composto por jovens que trabalhavam nas favelas como voluntários. Como parte do programa de política externa americana, o trabalho tinha por objetivo a assistência humanitária, visando melhorar a imagem do país, bem desgastada com a guerra fria. A atuação desses voluntários (preparados ao longo de três meses nos Estados Unidos antes de embarcar para o Brasil) nas favelas do Rio foi, apesar da boa vontade, realizada de forma confusa. Sem ter muito conhecimento a respeito da realidade social que os esperava e da cultura do país,

os americanos<sup>2</sup> ficavam perdidos com as formas alternativas de solução de alguns problemas, como, por exemplo, o fornecimento de água e luz e “o desconhecimento de um cenário político local constituído por numerosos atores locais e nacionais, ignorância típica da perspectiva ‘missionária’ da intervenção social”. (VALLADARES, 2005, pág.112)

Esvaziados de seus objetivos iniciais, restou para alguns integrantes do *Peace Corps* o trabalho de observadores participantes para o antropólogo, também americano, Anthony Ledds. Autor de importante trabalho sobre pobreza urbana, Ledds concentrou seus estudos nas favelas cariocas, chegando a residir em duas delas: Tuiuti e Jacarezinho. Os questionamentos de sua tese giravam em torno da “cultura da pobreza’ e ‘teoria da marginalidade”, para assim “chegar a uma explicação global do fenômeno das favelas” (VALLADARES, 2005, PÁG.113). Apesar de nunca ter publicado a tese, o artigo “Brazilian careers and social structure” repercutiu na comunidade científica americana (pág.113).

A dualidade entre os termos “favela” e “comunidade” começou com o emprego do segundo, na tentativa de esvaziar o conteúdo pejorativo do primeiro: pobreza, marginalidade e violência. “Comunidade” nos dá a idéia de uma formação mais coesa e relações sociais estáveis. No caso específico da favela de que trata esta dissertação, observam-se nitidamente diferentes grupos e interesses. Esse diferencial sempre tem a acrescentar a todos, independente dos grupos a que pertençam, tornando sua história digna de ser contada e passada para as gerações seguintes.

---

<sup>2</sup> Até então, os estrangeiros que freqüentavam favelas chegavam através da igreja: padres, freiras, missionários.

## 1.2– COMO SURTIU A VONTADE DE MEMÓRIA

*Assim era o meu Chapéu, lata d'água na cabeça,  
lâmparina clareava, para cozinhar feijão  
era lenha que se pegava...\**

Mas, afinal, quem são as pessoas que desejam construir a memória desse lugar? No segundo capítulo dessa dissertação, uso, como forma de tratamento a este grupo, a alcunha “com vontade de memória”, que se justifica da seguinte maneira: um grupo de pessoas idosas, com mais de 50 anos de vida e moradoras do local há mais de 30, manifestou o desejo de narrar a história do Chapéu Mangueira. Não são apenas estas características que os dotam de legitimidade para falar do local em que vivem, mas, principalmente, a fusão de suas vidas ao desenvolvimento do local e a relação afetiva estabelecida com ele. Para a compreensão da história do Chapéu Mangueira, neste trabalho de dissertação, é necessário que se observe o entendimento dessa história a partir de suas fontes: o material acumulado no posto médico pela associação de moradores, que inclui fotos, recortes de jornal e documentos, a observação participante da pesquisadora, as narrativas do grupo com “vontade de memória” e o perfil social de quem as conta.

O aspecto afetivo reveste o espaço de simbolismos variados. O que é relatado refere-se especificamente ao lugar habitado por estes narradores, não só fisicamente, mas como ponto de partida para o estabelecimento dos seus objetivos de vida e, através das relações sociais, o local de experimentação dos bons e maus sentimentos, típicos da condição humana. Essa carga afetiva define o espaço geográfico como um lugar de referência de vida, onde a troca de experiências, a solidariedade entre seus membros e a superação de dificuldades marca não só a

vida dos indivíduos, mas proclama esse espaço definido e alcunhado por Chapéu Mangueira como lugar de memória. Augé (2001) analisa assim a oposição de lugar e espaço:

O lugar, como definimos aqui, não é em absoluto o lugar que (...) opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso: é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico. (...) incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza.  
(p. 76-7)

Apesar de, nos dias de hoje, a favela ser situada no patamar de comunidade, é importante destacar que o grupo de moradores que narra as histórias do Chapéu Mangueira utiliza o termo *favela*, salvo os integrantes da associação de moradores, que ora se referem a *comunidade*, ora a *favela*. Essa utilização pressupõe o ponto de vista destas pessoas a respeito do lugar onde moram: eles não se destituem da condição de favelados e não se sentem diminuídos por isso. O uso do termo *comunidade*, muito empregado pelas associações de moradores, visava passar uma imagem diferenciada da favela, termo esse de uso já marginalizado, como já dito antes, indicativo de marginalidade e pobreza. Independente do uso do termo, essas pessoas não estão livres do aspecto do local de suas moradias, a localidade em que moram será a mesma, composta pela diversidade de relações sociais e uma unidade mínima de organização, o que não significa que haja unanimidade de opinião entre os moradores o tempo todo. Podemos perceber que, de fato, a favela reproduz a heterogeneidade da sociedade mais abrangente, não sendo um núcleo social cristalizado, ou seja, ela se apresenta como um grupo social comum, mas que aprendeu a se valer do rótulo de unidade, expresso no termo *comunidade*, para garantir as melhorias no local onde moram. Com base nos depoimentos dados por

integrantes deste grupo, pude perceber que morar numa favela não era uma escolha, mas uma questão de necessidade. Eles contam que não havia luz elétrica, só das lamparinas a querosene. O acesso ao morro só era possível através de trilhas abertas no mato pelos moradores. Para cozinhar, era necessário ir buscar lenha na Avenida Princesa Isabel, ou seja, descer a trilha e andar dois quarteirões.

Diante de tamanhas dificuldades, imaginamos encontrar narradores cansados de tanta luta e esforço para melhorar as condições do local de moradia. Ao contrário dessa expectativa, deparamo-nos com pessoas felizes, mas muito saudosistas dessa época; são unânimes em afirmar que essa fase, apesar das dificuldades, era melhor que os dias de hoje, em que a luz elétrica chegou para todos, os caminhos de acesso à favela estão abertos e cada residência tem seu botijão de gás.

A realidade é que o desejo da construção da memória do Chapéu Mangueira não é de todos, mas de um grupo de pessoas (os que têm “vontade de memória”) que está insatisfeita com o modo de percepção e condução das necessidades percebidas no local nos dias de hoje. Sendo assim, a construção dessa memória não visa apenas a sobrevivência da história do Chapéu Mangueira, mas também conduzir os demais membros a refletir sobre a importância da conscientização comum para o desenvolvimento do local, que as necessidades básicas foram resolvidas, mas que ainda há muito a fazer. Apesar de a condição habitacional ter melhorado ao longo do tempo, o local não deixou de ser o que sempre foi, em essência, enquanto grupo social: uma favela. A utilização do termo *comunidade* pelos membros do grupo com “vontade de memória” para designar o Chapéu Mangueira, nesta dissertação, se justifica pela referência às relações sociais estabelecidas entre seus membros e órgãos públicos, conduzidas até determinado

momento por Renné de L'Orme, a missionária que atuou no local por mais de 30 anos. Relações estas estabelecidas e baseadas na implementação de melhorias individuais, cooperação com o próximo e para o bem comum, ou seja, um ideal “comunitário”.

### **1.3– NOME: RENNÉ DE L'ORME, A MISSIONÁRIA. ENDEREÇO: MEMÓRIA DOS MORADORES DO CHAPÉU MANGUEIRA**

*É, assim era o meu Chapéu,  
todo mundo era gente boa  
a começar pela de L'Orme (...), organizadora,  
era o início com sotaque francês...\**

O segmento de moradores que manifestou a “vontade de memória” é composto, até o presente momento<sup>3</sup>, por: Alfriza Rodrigues de Souza, Maria Augusta do Nascimento Silva, Lucio da Paula Bispo e Gibeon de Brito Silva. Estas pessoas têm em comum o amor pelo local em que moram; migrantes, oriundos de estados da região sudeste e nordeste do país, em busca de uma condição de vida melhor, sempre se empenharam em melhorar não só a própria qualidade de vida, mas de todos os moradores do Chapéu Mangueira. Além disso, eles também concordam que o desenvolvimento do local não seria o mesmo, se não fosse pela atuação de uma pessoa: Renné de L'Orme. Ela era missionária, de origem francesa, que chegou ao local no início da década de 1950. O ano exato ninguém sabe precisar. Sabe-se, através dos membros do grupo, que veio para o Brasil no final da 2ª. Grande Guerra, em missão junto com os freis dominicanos. Presumem que há

---

<sup>3</sup> O grupo está em constante busca de pessoas que se enquadrem no perfil, acima de 50 anos de vida e com mais de 30 de moradia, e que queiram contar as histórias de vida no Chapéu Mangueira.

cerca de quatro anos ela faleceu, mas ainda está presente no imaginário de quem conviveu com ela. Por ser freira, não formou família e não se tem notícia de nenhum parente vivo no Brasil.

O fato mais curioso é que não existe nenhuma homenagem material, como: placa, busto ou nome de rua, tampouco registros fotográficos ou escritos sobre a sua passagem pelo local. Apenas uma única foto (FIGURA 1), em que não está sozinha e cuja ampliação não apresenta muita nitidez. Mesmo assim, é possível ouvir a sua história da boca de pessoas bem jovens, na faixa dos 25 anos, que sequer a conheceram. Isso se deve ao cuidado que os mais velhos tiveram, dentro dos seus núcleos familiares, em narrar as histórias que envolvem esta personalidade para os seus descendentes.

FIGURA 1  
Renné de L'Orme, primeira a esquerda.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

Se reuníssemos todos os moradores que conheceram Dona Renné (assim era conhecida no local), com certeza teríamos uma história muito rica, mas também permeada de contradições e coincidências. Cada narrador expõe suas experiências e pontos de vista à história, tornando-a maleável e densa, qualidades compatíveis com a memória. Todos os entrevistados pelo projeto “Versão do Passado” citaram Dona Renné como a pessoa que implantou o espírito dito “comunitário”, se levarmos em conta a atuação de outros missionários nas favelas do Rio de Janeiro na mesma época em que atuou, que visavam “(...) provar que os pobres vivendo em meio urbano, mesmo os mais desprovidos, eram capazes de ter senso de comunidade (...)”. (VALLADARES, 2005, pág. 86).

Alguns fatos coincidem na versão de cada narrador e, dentre eles, a importância da atuação de Renné de L’Orme no local é constantemente destacada, principalmente na implantação de noções da vida em grupo e o valor da união para conseguir melhorias na qualidade de vida (FIGURA 2).

FIGURA 2  
Moradores em mutirão para a construção da creche, em 1986.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

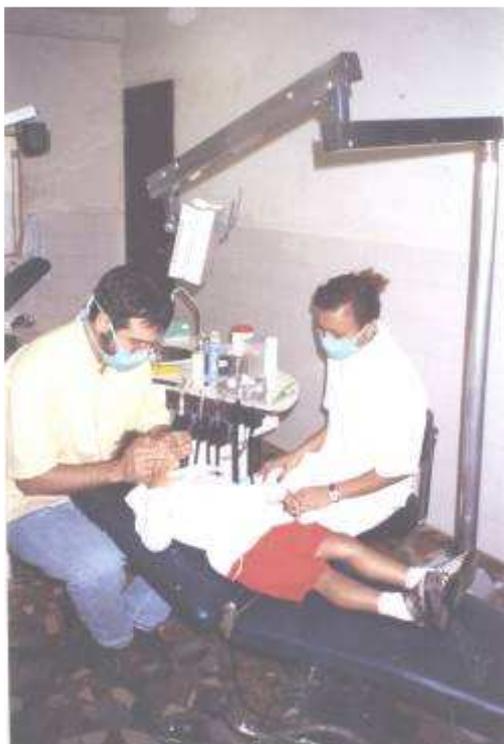
Dona Renné de L'Orme se instalou no Chapéu Mangueira no início da década de 1950. Ela foi conhecendo o local e as pessoas que ali moravam e prestando serviços de atendimento médico, em nível ambulatorial. Sua formação era em Enfermagem e o posto de atendimento era improvisado num barraco de madeira que também era a sua moradia. Por ter muito conhecimento\*\*, Dona René conseguia manter o estoque de remédios em dia e quatro médicos prestando atendimento regularmente no local (FIGURA 3). Em situações extremas, até partos chegou a fazer. Foi através dela que a sede do posto médico ganhou uma estrutura de concreto, erguida pelos moradores em regime de mutirão. Durante sua construção, foi planejado um quarto, para que ela pudesse residir e continuar o atendimento no local de moradia. Aliás, convocar um mutirão era tarefa da qual Dona Renné se encarregava pessoalmente. Possuidora de um caráter disciplinador, ela batia na porta dos barracos, convocando os homens para trabalhar e as mulheres para preparar a comida. É evidente que os moradores com “vontade de memória” sentem falta de suas iniciativas e atuação, que foi muito marcante. Alfriza Rodrigues de Souza, 74 anos, nascida em Cariré, município do estado do Ceará e moradora do Chapéu há mais de 40 anos, afirma:

Era ela quem mandava... Junto com o presidente daqui [da associação de moradores], a mão de força era dela, né? Ela arrumava muita coisa lá fora prá gente. Remédio não faltava. Hoje, você procura, não encontra. Isto porque ninguém faz por onde apanhar, de arrumar e ela não: arrumava tudo quanto era remédio.<sup>4</sup>

FIGURA 3  
Atendimento dentário no posto médico.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em 23/06/2004.



Fonte: associação de moradores do Chapéu Mangureira

Maria Augusta do Nascimento Silva, nascida em Engenho Novo, cidade do estado da Paraíba, moradora no Chapéu Mangureira há quase 50 anos e 66 de idade, reitera, frisando a importância de se fixar a lembrança de pessoa tão importante em forma material:

eu tenho uma vontade muito grande e eu gostaria, antes de eu for, realizar este sonho: é botar o nome deste espaço [o largo formado pelos prédios da creche, escola, posto médico e galpão de artes] de Renné de L'Orme. E botar um busto dela ali, com um foco de luz: quem foi Renné de L'Orme, quem é ela. (...) Botava ela como uma rainha. Em 1960, quando eu ganhei meu primeiro filho, eu estive muito doente e ela me ajudou muito, a cuidar de mim e do meu filho.<sup>5</sup>

Ela lembra também que foi Dona Renné que trouxe para o local a religião, através do catolicismo, assistência médica e a necessidade de representação política:

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em 23/06/2004.

Cheguei aqui em 1955, mas Dona Renné já existia [morava na comunidade]. Foi através dela, que trouxe padre, médico, ou seja, os primeiros padres e médicos que apareceram na comunidade, foi através da Renné(...). Também foi através dela que foi implantada a associação, pelo incentivo dela o primeiro presidente foi uma junta e depois uma diretoria e, foi através dela que começou tudo. Já existia uma comunidade, mas era uma comunidade que não era conhecida.<sup>6</sup>

Já Lucio de Paula Bispo, nascido em Curvelo, cidade da zona da mata de Minas Gerais, 77 anos de vida, dos quais 55 residindo no local, destaca a importância de Dona Renné para o Chapéu Mangueira e também em sua vida. Ela o procurou com o objetivo de desenvolver um trabalho de integração no local (FIGURA 4). Na década de 1950, as moradias eram distantes umas das outras, divididas em blocos espalhados pelo terreno que compõe a favela. Portanto, só se conheciam os vizinhos que moravam em volta. Foi a partir de um grupo de pessoas, entre as quais estava Lucio, que Dona Renné começou a incentivá-los a se conhecer e a reivindicar as melhorias de condição de vida para o local, como: fornecimento de água e luz, criação de acessos para o morro e a construção do posto médico. Ele conta como, através de seu incentivo, se tornou o primeiro presidente da associação de moradores:

Ela escolheu alguns indivíduos para a formação do comitê do Chapéu Mangueira. Esse comitê era uma mini-diretoria; não necessariamente regida por estatuto, não. Combina-se o que vamos fazer, sem ser formal, sem ter coisa escrita, você é isso, você é aquilo. Cada um sabia a sua posição e um ajudava o outro. E quando foi em 1957, eles me convidaram e eu fiquei trabalhando como secretário. Em 1960, foi necessário criar a associação com diretoria. (...). Naquela época, me ofereceram: você quer ser o presidente? E ela [Dona Renné] notou que dentre aquelas pessoas, eu era assim o mais maleável, mais aberto ao diálogo.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Ibid.

FIGURA 4

Logomarca usada em documentos emitidos pela associação de Moradores.



FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangueira

Não se pode deixar de observar que são poucas as favelas no Rio de Janeiro que têm um posto médico em seu espaço. Os moradores do Chapéu Mangueira se orgulham de ter o seu e expressam eterna gratidão à Dona Renné pelo feito. É assim que Gibeon de Brito Silva, 51 anos de idade e de moradia no local (ele veio de João Pessoa, Paraíba, com quatro meses de idade) vê o papel da missionária:

Prá mim, foi ela que começou tudo isso. Ela chegou aqui por volta de 1952, 1953. Então, a primeira coisa que ela fez, eu até já falei isso em outras entrevistas, se uma comunidade quiser crescer, antes de fazer uma escola, de fazer uma sede prá associação, até uma creche, precisa ter um posto médico. Faz um posto médico porque é o seguinte: aqui tudo cresceu, a partir da Dona Renné e a partir do posto médico que ela criou.<sup>8</sup>

Em 1960, é criada a associação de moradores do Chapéu Mangueira, que constituiu a primeira diretoria reconhecida, não só pelos moradores, mas também pelos órgãos públicos com que estas pessoas se comunicavam. Já nessa época é possível perceber a preocupação com a organização social do grupo, que originou o aparecimento dos primeiros documentos (FIGURA 5). Além disso, a associação possibilitou uma centralização das ações promovidas no local, quer dizer, além de

<sup>8</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em 30/08/2005.

documentação, havia também a organização das atividades culturais e ligadas à saúde, religião, saneamento, educação e organização de mutirões.

FIGURA 5  
Ficha de morador cadastrado na associação de moradores.

**ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE CHAPÉU MANGUEIRA**  
Fundada em 5 de Junho de 1990  
Sede Social: Rua Getúlio Vargas, 181 - Jardim - Iate - B.  
CNPJ nº 08.188.118/0001-07, do Município de Chapéu - Pernambuco

**PROPRIETÁRIO**

Nome: **BENEDITA SILVA** Matr. N.º: **11**  
Data Nas.: **10/05/1950**

Profissão: **PROPRIETÁRIO**

Endereço: **ARRUA SANTA CECILIA** Bairro: **ARRUA DA SANTA CECILIA**

Nacionalidade: **BRASILEIRO** Naturalizado: **SIM** Município: **MANGUEIRA**

Cidade: **MANGUEIRA** Alfabetizado: **SI** Sexo: **FEMININO**

Estado Civil: **CADUO** Processada: **SEM**

N.º Cartão Ident.: **12334** serie: **01** Profissão: **PROPRIETÁRIO**

Local de Trabalho: **RUA S. F. 123** Ordenado: **R\$ 75,00**

Data de Chegada neste Local: **1/1/00** N.º da Casa: **100** N.º do Título Eleitoral: **1234567**

Seção: **1234** Zona: **123** Escreva P.: **1234** Até que curso estudei? **1234**

Religião: **CATÓLICA** Defeitos Físicos: **NA NENHUM**

Práticas Esportivas: **SI** Outros: **SI**

**CONFIRMAÇÃO** **PARCEIRO**

FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangueira

A movimentação em prol do desenvolvimento do local promovida por Dona Renné também é responsabilizada por despertar o gosto pela política: todos são unânimes em citar Benedita da Silva, Senadora da República eleita pelo Partido dos trabalhadores (PT) em 1994, a primeira senadora negra no Brasil, como uma das secretárias mais atuantes, inclusive que veio a se tornar diretora do Departamento Feminino da associação (FIGURA 6). Para eles, foi o início de uma carreira que alcançou esferas políticas maiores, com o cargo de Ministra da Ação Social no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003. É fator recíproco de lembranças que Dona René foi a fundadora da associação de moradores do Chapéu Mangueira: ela implementou ideais, cuidou de todo o processo de regulamentação da associação e ensinou a batalhar por eles. Com isso, os demais membros foram se interessando, se organizando, tomando para si a

responsabilidade de tarefas que promoviam o bem comum, colaborando assim para o crescimento do local, hoje com condições de moradia e higiene adequadas.

FIGURA 6  
Benedita da Silva e as crianças no Chapéu Mangueira.



FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangueira

A história de Renné de L'Orme e de sua atuação no Chapéu Mangueira comprova a força exercida pela narrativa oral: uma história que sobrevive na memória de seus personagens e espectadores. Além das entrevistas já realizadas, existem mais moradores imbuídos do mesmo ideal: preservar a memória, de maneira que as gerações futuras tenham conhecimento de como era o local e o que foi feito para melhorar as condições de moradia através de seus representantes (FIGURA 7), tornando possível a vida no grupo como se encontra hoje. Sem esquecer de que tudo tem uma origem, o Chapéu Mangueira, enquanto local de referência geográfica para uma favela veio antes, mas a história da conscientização de grupo social começou na década de 1950, com a chegada de uma freira missionária, que ensinou o valor da união como pilar de sustentação de um grupo

social, para que sejam alcançados os objetivos visados por ele. Esta origem tem nome e lugar reservado na memória dos componentes deste grupo: Renné de L'Orme.

FIGURA 7  
Barraco de madeira, ainda existente nos anos 1980.



FONTE: arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

A minha motivação e o entusiasmo pelo desenvolvimento do tema vêm da experiência de doze anos com trabalhos na área de produção audiovisual, com programas em vídeo produzidos e elaborados para grupos sociais, a partir dos interesses e necessidades surgidos dentro de tais grupos. Quando ingressei nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, primeiro, como aluna do curso de Jornalismo e depois como funcionária do Laboratório Audiovisual, comecei a ter contato, através do NECC (Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária), com o trabalho desenvolvido por grupos sociais que compõem algumas favelas no Rio de Janeiro. Durante esse tempo, atuei em diversas etapas da produção dos programas: pré-produtora, elaboradora de pautas, cinegrafista, editora de imagens, diretora de corte e mediadora de entrevistas.

Entre a universidade e esses grupos se estabelece uma relação que atende ao interesse de ambos. A primeira, com os aparatos tecnológico e teórico da comunicação, procura dar forma à manifestação dos moradores, preservando sua idéia original. A segunda, por sua vez, através do representante ou grupo de representação, indica o direcionamento e os temas que serão abordados nos programas, de acordo com a decisão do grupo que manifesta tal idéia (FIGURA 8).

FIGURA 8  
Equipe do NECC, em trabalho para a elaboração do jornal, em 1995.

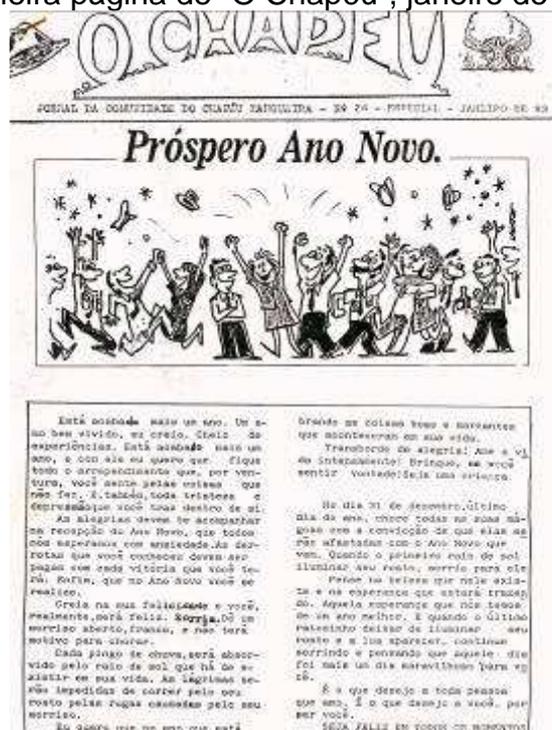


FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

A parceria do NECC com o Chapéu Mangueira já dura 15 anos e foi, através dela, que se tornou possível a realização desta dissertação. Os contatos começaram pelo interesse da associação de moradores em montar uma rádio e a faculdade, através do NECC, colaborou com a montagem de um estúdio. Depois, veio a colaboração com o jornal local: os moradores redigiam as notícias e os alunos e professores ajudaram com a composição, diagramação e impressão dos exemplares (FIGURA 9). Daí em diante, a faculdade participou das atividades musicais e culturais do Chapéu Mangueira, além de ajudar a promover a

comunicação dentro do próprio local, através da realização das tevês de rua<sup>9</sup>, oferecendo todo o equipamento de áudio e vídeo necessário para a realização e também em comunicação com outros locais, através da realização do “vídeo-carta”: cartas escritas e lidas pelo remetente, com o registro de imagem e som através de uma câmera de vídeo, para um parente ou amigo residente em outra favela.

FIGURA 9  
Primeira página de “O Chapéu”, janeiro de 1993.



FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangureira

No caso específico do Chapéu Mangureira com a construção da própria memória, um grupo de moradores mais antigos manifestou o seu desejo ao representante da faculdade que, por sua vez, integrou alunos, professores e funcionários ao projeto de extensão acadêmica intitulado “Versão do Passado” e foi dado início ao processo de registro audiovisual das narrativas dos moradores mais antigos do local. O desenvolvimento deste projeto é o objeto de estudo desta

<sup>9</sup> É a exibição ao vivo de um debate em local público, feito em praças, nas favelas ou nas zonas sul e centro da cidade. A “TV” é uma tela de projeção, armada no centro da praça, com uma ou várias câmeras enviando imagem, sistema de som acoplado e um mediador entrevistando os pedestres e convidados sobre um tema específico.

dissertação, com foco nas narrativas orais aliadas à expressão dos gestos e sentimentos captados pela imagem.

Vale ressaltar que esta atuação em conjunto, promovida pelo NECC, objetiva promover o encurtamento das distâncias entre pessoas que convivem em grupos sociais diferentes e a capacitação dos grupos populares, para a produção de seus próprios meios. A proposta das ações visa a disseminação de conhecimento e valorização do exercício da cidadania, através das trocas de experiências, para tornar a comunicação entre alunos, professores e funcionários das Faculdades Integradas Hélio Alonso e o grupo de moradores envolvidos na concepção do projeto “Versão do Passado” uma comunicação mais autêntica e humana. Mais adiante, conheceremos como é desenvolvido este projeto e o que ele representa para este grupo social.

Com a preservação do registro audiovisual das narrativas orais dos moradores idosos, torna-se possível visualizar o crescimento deste grupo, pois é através da memória que se criam novas expectativas e, a partir dessa problemática, pretende-se analisar a busca de uma nova liderança, incentivada pela produção do documento audiovisual, cujo objetivo é informar as gerações futuras sobre a sua história, narrada por quem a faz ou a assiste. Os estímulos pelos objetivos alcançados no passado alimentam novas idéias e ações. A relação com a imagem aproxima o grupo da prática social desejada, pois é ele próprio quem dita o conteúdo, tentando tornar esta relação fiel às propostas surgidas dentro do grupo, fazendo do documento audiovisual o meio de realização destes objetivos.

Esse estudo, para o meio acadêmico, é de relevância, se consideramos o papel social exercido pelos membros do grupo com “vontade de memória” e o seu auto-retrato na sociedade. Eles partem da idéia unânime de que os membros de

seu grupo social ainda se consideram vistos por uma ótica estereotipada pelos demais segmentos sociais. A realidade vivida dentro da favela mostra a sua população inserida em uma história global, ou seja, os acontecimentos dentro do grupo não têm expressão nos demais segmentos da sociedade. Seu grau de interesse pela busca da construção da própria memória é fator determinante para a continuidade do grupo: com os registros audiovisuais, teremos em mãos material sobre esse desenvolvimento, resgatado pela narrativa oral, por quem vivenciou os acontecimentos, seja como personagens ou testemunhas oculares, repassando a história e perpetuando a memória do local para as demais gerações. O desenvolvimento dessa dissertação visa oferecer dados para o estudo sobre o desenvolvimento das favelas do estado do Rio de Janeiro, além da análise sobre uma nova forma de documentação de construção da memória do local.

A opção por este tipo de narrativa demanda a análise do valor dado à informação nos dias de hoje: ela transforma os fatos em objetos exclusivos do presente. Como os acontecimentos são relatados com riqueza de detalhes, não se permite ao espectador ou ouvinte sua interação no que é relatado. Ele só sofre o impacto momentâneo, desligando-se ainda no presente, retendo apenas fragmentos, que serão abandonados em curto espaço de tempo. Nos dias de hoje, a informação se apresenta como a forma de comunicação predominante no mundo e que se opõe à narrativa: ela não fica atada a explicações, o narrador conta, obedecendo a linearidade dos acontecimentos, e o leitor ou ouvinte interpreta, segundo o seu ponto de vista, pois o contexto psicológico da história não é imposto a ele. Assim, a narrativa dura por mais tempo e hoje quem lê ou ouve será o narrador de amanhã e esta história vai ganhar contornos da própria experiência do ouvinte. Com este argumento, justifica-se a opção pela narrativa oral. Mesmo que o Chapéu

Mangueira venha a ter outros tipos de documentos, o projeto “Versão do Passado” se propõe a manter viva a história, por quem teve participação nela, através de uma documentação audiovisual.

Em sua análise, Walter Benjamin (1985) ressalta o senso prático dos narradores: episódios que eles relatam sempre vêm acrescidos de fatos ligados ao cotidiano local ou de um aprendizado. Outra característica importante que distingue a narrativa dos demais gêneros, como as lendas e os romances, é o fato de se utilizar a tradição oral como seu meio de sobrevivência. A narrativa é permissiva, pois incorpora a experiência do narrador e seus ouvintes, os promissores narradores do amanhã, que também contarão a história sob o ponto de vista de suas experiências. Sobre isso, Benjamin (1985) observa:

O extraordinário e miraculoso são narrados na maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ela é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação. (p.203)

Diante das modernidades oferecidas no mundo atual, percebe-se a dificuldade de encontrar espaço para a figura do narrador, tornada arcaica pelos meios de comunicação. Mas, se percorrermos o interior de grupos sociais como o Chapéu Mangueira, encontramos seus membros mais idosos se preocupando com a preservação da memória do local e atuando como narradores dessa história. Por isso, esses indivíduos mais idosos idealizaram e se colocaram à disposição para a construção da memória do local, o projeto “Versão do Passado”.

A dimensão entre passado e futuro é estreitada pelo documento audiovisual no qual, através de um tipo de mídia (fitas de vídeo e áudio ou DVD), é feita a salva e guarda dos relatos que remontam à memória do Chapéu Mangueira. De certa forma, esse tipo de registro alivia a função destas pessoas em manter essas

histórias guardadas apenas em suas lembranças, visto que já são pessoas idosas e o estigma da morte já é encarado como algo latente, real e passível de acontecimento. Daí a possibilidade de perda total da memória e conseqüente esquecimento dos atores sociais que a constituíram.

A imagem, como o instrumento de construção da memória, foi percebida pelo grupo que desenvolve o projeto como a maneira ideal de se captar a atenção do espectador: o contato visual proporciona sua maior interação com o assunto, facilitando o despertar de seu interesse e melhor assimilação da história, pois um dos objetivos é fazer dos ouvintes de hoje os narradores de amanhã. Além disso, visa-se também a recuperação do significado de “se viver em comunidade”, agregando às narrativas já existentes outros acontecimentos envolvendo novos atores e espectadores; manter, dentro da consciência do grupo, as lembranças significativas, para que se prossiga a construção dessa memória. A conjugação do discurso com a imagem é fator de facilitação da comunicação do grupo desenvolvedor do projeto com os demais segmentos do grupo social. Para que o projeto “Versão do Passado” traduza a vontade de seus idealizadores não basta apenas que corresponda aos seus desejos: ele deve ser objetivado e definido, de maneira que o espectador entenda a mensagem e reflita a seu respeito.

O estudo aqui proposto se fundamenta na análise dos objetivos e dos produtos em formato audiovisual do projeto “Versão do Passado”, apresentados para os demais moradores como alternativa de expressão de seu interesse em questão: a construção da memória. O modo de vida, hábitos, costumes e, principalmente, as dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelos moradores, dão o tom dos temas das entrevistas, nas quais opta-se pela abordagem inserida no cotidiano vivenciado pelo grupo e a conseqüente tentativa de afirmação e fixação da

identidade do passado. Fundamentamos nossa abordagem em Pollak (1992) que analisa:

(...) A memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (...) Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida de maneira como quer ser percebida pelos outros. (p.204)

Pollak afirma que há uma fusão das experiências individuais com as coletivas. Enquanto personagens ou testemunhas, os membros dos grupos sociais nos relatam episódios que se confundem com as histórias de suas próprias vidas. Daí, percebe-se através da troca dessas experiências, a memória como fator de construção da identidade, na qual o indivíduo, ao tentar manifestar seus sentimentos de continuidade e coerência, o faz, não só pela reconstrução de sua identidade mas também pela de um grupo.

Esse movimento caracteriza o processo de construção da identidade do grupo social. A maleabilidade desse processo se faz necessária, porque a construção da identidade está diretamente ligada à relevância dos registros documentais do grupo: será através deles que se obterá o “feedback” da realização dos objetivos e, principalmente, a origem de outras expectativas que se fizeram a partir destes.

O entendimento do imaginário coletivo direciona o estudo do uso da imagem como instrumento de expressão. Não se deve isolar a imagem com uma reflexão fria e distanciada. Além de uma produção em grau aceitável aos olhos do espectador, preocupa-se com a forma de expressão da história de um grupo, que tem a

necessidade e a vontade de manifestar-se como consciência coletiva, reafirmando a sua identidade social.

O documento audiovisual utilizado, enquanto instrumento de construção da memória e da tentativa de fixação de identidade, comporá o documento histórico do Chapéu Mangueira, cujos autores são seus membros, sejam eles personagens, ou testemunhas do que se conta. Através dos programas e demais documentos existentes é que se consegue identificar as características já construídas. As gerações posteriores imprimem novos traços na identidade do grupo, dentro de uma visão social correspondente ao seu tempo. A esse respeito, Halbwachs (1990) afirma:

Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda a sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram, por sua vez, durante certo período, o cetro dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos. (p.67)

A característica documental advém do seu enquadramento nas três proposições do conceito de documento (DODEBEI, 2001, p. 63-4): “A *unicidade*, que o torna objeto de estudo da memória social, mas não o agrupa apenas nas categorias específicas e tradicionais de documento, assim como o livro está para a biblioteca. A *virtualidade*, onde a atribuição de suas qualidades é seletiva e submetida a dimensão espaço-tempo. Por fim, a *significação* que torna esta narrativa em documento intencionalmente”. É claro que a leitura das entrevistas gravadas pelo projeto “Versão do Passado” depende da interação do sujeito (quem assiste) com o objeto (o programa). Como o espectador está de frente com os acontecimentos e o narrador dos processos de desenvolvimento do meio social no qual está envolvido, presume-se um estabelecimento de interação junto ao

documento e conscientização da sua relevância. A respeito disso, afirma Dodebei (2001):

Há, portanto, várias leituras possíveis para um mesmo objeto, dependendo da intenção existente entre o objeto e o sujeito, das condições pessoais na teia dos processos sociais, ou da tábua de sustentação das interpretações. (...) Existe um diálogo entre documento e público usuário. (p.63)

O resultado dessa interação é visível com a exibição da entrevista finalizada: de fato, não se trata da montagem definitiva. Depois dessa exibição, os produtores, entrevistados e demais moradores (espectadores e produtores) dão sua opinião a respeito do que assistiram e o que seria passível de mudança naquela edição e nas que serão posteriormente produzidas. O debate enriquece a produção e, principalmente, o conteúdo do programa, pois os participantes têm dados a acrescentar à história do outro. Sendo assim, todos contribuem para o enriquecimento desta narrativa e de sua sobrevivência ao tempo, através do instrumento mais fiel de seus personagens e testemunhas: a memória.

A forma como se contam os fatos vividos ou testemunhados contribui para a perenidade da história, ou seja, quanto mais o idoso repetir a história, maior será o exercício das suas lembranças e menor a possibilidade de elas se tornarem vagas. Sendo assim, o ouvinte estará apto a se tornar um narrador no futuro, contribuindo com suas impressões e emoções para a narrativa, registradas no momento em que ouvia. A este respeito, Benjamin (1985) analisa:

Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mas facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. (p.204)

Com os objetivos definidos, parte-se para a construção dessa memória propriamente dita: o grupo de moradores se mobiliza para conseguir os narradores e a equipe de pesquisa do projeto se preocupa em fazer uma montagem fiel e que não interfira na narração, ou seja, preocupa-se com a criação de um documento e não com a produção jornalística. A diferença está na maneira que se conduz o processo, pois, se é documento, o narrador pode até ter suas lembranças rememoradas pelo entrevistador, mas é o seu discurso, gestos e emoções que determinam o fio condutor do processo.

#### NOTAS:

\* Trechos de “A Prosa do Chapéu”, de autoria de Gibeon de Brito Silva, morador do Chapéu Mangueira, que cedeu o uso de sua poesia para esta dissertação. Texto impresso.

\*\*A esse respeito, nenhum entrevistado revelou nomes de doadores, pois, ao serem perguntados, não sabiam esclarecer quem eram. Com exceção de Lucio, que citou um francês, dono de uma retífica de ar condicionado, que colaborou com o material de construção do posto médico. E, mesmo assim, não lembrava o nome.

## **2 - VERSÃO DO PASSADO: UM PROJETO DE DOCUMENTAÇÃO**

### **AUDIOVISUAL**

Já acontece há algum tempo, não só com a minha geração, mas as que já vinham antes e depois aprenderam história através dos livros, por meio da linguagem escrita. Acostumamo-nos a associar o texto às fotos das obras de arte que ilustravam os fatos de determinada época, contribuindo para a construção desses acontecimentos em nosso imaginário. Ao analisarmos o conceito de nação, observamos países cuja história expressa o interesse de que seus cidadãos tenham uma memória que referencie o local como um todo, com relevância dada apenas aos fatos que contribuam para a imagem positiva. Nesta abrangência, encontramos diversos segmentos sociais, cujo desenvolvimento, em boa parte das vezes, não é percebido e tampouco registrado, por não contribuir expressivamente para a “história instituída”.

Em contrapartida, estes grupos não estão destituídos de vontade de memória: é o caso da favela do Chapéu Mangueira. Através do projeto “Versão do Passado”, desenvolvido no local com o apoio do NECC, Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária, das Faculdades Integradas Hélio Alonso, um grupo de moradores, através do registro audiovisual das narrativas orais dos moradores mais antigos e idosos, remonta a história do desenvolvimento do local, por quem a vivencia

Neste capítulo, será analisada a figura do narrador, captada pelo registro audiovisual, personificado no perfil dos moradores, como representantes do grupo social, na tentativa de fazer da própria narrativa comum à coletividade. Além disso, procuro investigar a tentativa de se “fixar” uma identidade, a partir da

construção dessa memória, e justificar a opção pelo modo de registro das narrativas, que formam o primeiro acervo documental do Chapéu Mangueira. Uma vez montado e disponibilizado em um formato de mídia, ficará guardado na associação de moradores.

Muito antes de manifestar essa “vontade de memória” (me utilizarei desta alcunha para designar o grupo de moradores que trabalha na reconstrução da memória do local), vale esclarecer que a atuação política dos representantes do Chapéu Mangueira, junto à Federação Estadual de Favelas (Faferj)<sup>1</sup>, tornou esta favela um exemplo para as demais. Benefícios como: acesso ao morro, luz, água, além da resistência e manifestações contra as remoções<sup>2</sup> sem uso de força bruta, foram conseguidos pela associação de moradores, nas gestões dos anos de 1970 e 1980.

Além dos fatos narrados que envolvem estas conquistas, existem os que tratam do dia a dia do lugar e seus moradores e que valem como exemplos para as gerações que vivem e viverão no local (FIGURA 10). É com esse objetivo que o grupo “com vontade de memória” manifesta o desejo de narrar as histórias do Chapéu Mangueira, para que as mesmas fiquem na memória de todos os moradores e despertem neles essa mesma vontade no futuro.

FIGURA 10  
Matéria do jornal Amaleme, associação de moradores e amigos do Leme,  
setembro de 1985.

# Reforma da Escola e vitória da comunidade



Mulheres de moradores ajudaram a reformar a Escola

## O Chapéu agradece

A Associação dos Moradores, Amigos do Chapéu Mangueira e a Comissão de Saúde agradecem a todos que colaboraram com nossa Campanha para o Ambulatório. A renda da Peixada da Primavera, no dia 22/9, foi de Cr\$ 753.000 e as doações para o Livro de Ouro foram de Cr\$ 860.000, totalizando Cr\$ 1.613.000. Os assinantes do Livro de Ouro foram Nestor Rocha, Sérgio França, Lynee Naveira, José Tabosa, Araken dos Santos Lima e o responsável pelo programa da TV-Bandeirantes, onde foram recolhidas as doações. Além destas, colaboraram com

Cr\$ 100.000 as seguintes entidades e pessoas: Nestor Guimarães M. da Rocha Transportes em Taxi Radar Ltda, Carlos Erenanny Chagas Mello e Silva, Nelson Cibulares, Marcelo Ricardo F.A. Reis, Pedro da Rocha, Fernando Alberto Costa Leandro, Mohamed Abibi Ali, Maurício Cibulares, Bandeira de Mello, Arley Lima Costa, Rogério Cola e Olívia Cibulares (em intenção). A TODOS A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO CHAPEU MANGUEIRA AGRADECE A COLABORAÇÃO PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DO AMBULATORIO:

Sexta-feira 13 de setembro de 1985 foi um dia de sorte para o Chapéu Mangueira. Neste dia, comemorou-se a reinauguração da Escola, cuja reforma foi o resultado de uma luta da comunidade organizada. A fala da Presidente da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, Regina Maria Ferreira Riboredo, conta um pouco desta história.

Queremos dar as boas vindas ao Prefeito de nossa Cidade, e a seus visitantes no Chapéu Mangueira.

No momento que reinauguramos a reforma de nossa Escola, é justo que nos lembremos das pessoas que contribuíram para ela chegar nesse ponto.

Mesmo correndo o risco de esquecermos alguém, queremos lembrar de D. Renné, que construiu a Escola com a ajuda da Comunidade há 25 anos atrás e as primeiras professoras que eram do próprio Morro e que tanto carinho e dedicação deram às nossas crianças, alfabetizando-as. Obrigado a D. Marcela, a Benedita e às outras que por aqui passaram e à Ação Social Dominicana, que mantinha a Escola.

Há oito anos a Associação de Moradores e a Ação Social Dominicana fizeram Convênio com o Estado e as professoras passaram a ser do Estado.

Com o passar do tempo, a Escola começou a se estragar e a ficar pequena para o número de crianças que nela estudavam. Foi então que há três anos surgiu a idéia de se reformar e aumentar a Escola e o Posto de Saúde da Comunidade. E formou-se o Grupo de Saúde e Cultura Popular, que através de doações de diversas

entidades, como: Ceres, Conselho Mundial de Igrejas, A Memisa, Lions Club, Amalente, a nossa Vereadora e seus Auxiliares e o Grupo organizado pela digníssima esposa de nosso Prefeito, Sra. Célia Alencar, e o Sr. Prefeito Marcelo Alencar conseguiu-se a reforma e ampliação de nosso Jardim de Infância. Não podemos esquecer que nada disso seria possível sem os mutirões, com a ajuda das mulheres e crianças que carregaram tijolos até aqui, os homens que nos seus dias de descanso, viraram essas lajes. Sabemos do esforço de todos e a vocês muito obrigado, mestres-de-obras, serventes, bombeiros, electricistas e pedreiros. Agradecimento especial ao Grupo organizado do Coracy e ao pessoal que auxílio direta ou indiretamente. E que esse prédio seja símbolo do que essa Comunidade, com o auxílio das instituições e do Estado, é capaz de fazer em benefício de todos. E é sabendo dessa capacidade que aproveito a oportunidade e solicito, em nome das mães desta Comunidade, Sr. Prefeito, uma CRECHE, para podermos deixar nossos filhos enquanto trabalhamos. Muito obrigada.

Regina Maria F. Riboredo

FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangueira

O primeiro ponto a ser analisado neste capítulo é a figura do narrador. Afinal, quem são estas pessoas e o que pretendem no papel de “contadores” dessa história? Primeiro, é preciso compreender o que é uma narrativa e o que o seu conceito abrange, como afirma Benjamin (1985):

Ela [a narrativa] tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. (p.200)

A partir da afirmativa de Benjamin, consegue-se entender a origem das intenções dos narradores do Chapéu Mangueira: com as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, que incluem, com especial relevância, as melhorias das condições de moradia e as necessidades básicas praticamente sanadas (FIGURA 11), as comunicações entre os segmentos do grupo social diminuíram sensivelmente. Desse modo, as pessoas ficaram mais fechadas em seus núcleos sociais, como família, escola e igreja; o que seria pertinente ao local de moradia de maneira mais geral foi sendo deixado de lado e o exemplo de iniciativa e liderança “comunitária” ficou no passado, vivo apenas na lembrança dos atores e espectadores sociais que vivenciaram as situações. Como já foi citado anteriormente, o perfil desses narradores se caracteriza por pessoas com mais de 50 anos de idade, mais de 30 de moradia no local e boa parte vêm do interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e da região nordeste. Como idosos, eles já vinham se ocupando em contar suas histórias de vida para as outras gerações da família.

FIGURA 11

Menino colaborando no mutirão de construção do galpão de artes em 1982.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

Essa troca feita entre os membros mais jovens e os mais idosos da família é o que Halbwachs (1990, p.65) chama de “liame vivo entre as gerações”. O autor destaca esse fenômeno em sua obra, citando o idoso como a coluna vertebral das narrativas passadas:

Em todo o caso, geralmente é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de um quadro que o resume e o condensa. (p.66)

Dessa maneira, conseguem-se atingir os indivíduos naturais e moradores e, nas trocas geradas entre eles, já se divulga a história do desenvolvimento que passa a ser melhor conhecida. Mas, ainda assim, o grupo “com vontade de memória” manifesta, mesmo que inconscientemente, que pode fazer mais. É aí que entra o papel do projeto “Versão do Passado”: o registro audiovisual como objeto de construção da memória do Chapéu Mangueira, visando à reflexão e mobilização das gerações atual e futura para dar continuidade à história.

## **2.1. - DESENVOLVIMENTO DO PROJETO: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO GRUPO**

Desde o final do ano de 2002, um grupo de pessoas residentes na favela do Chapéu Mangueira, juntamente com o NECC (Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária) das Faculdades Integradas Hélio Alonso, vêm colocando em prática o projeto “Versão do Passado” (FIGURA 12). A idéia nasceu a partir de um encontro entre três moradoras no galpão de artes,

presenciado pelo professor e coordenador do NECC, Nailton Agostinho Maia. Como a conversa girava em torno das recordações de épocas passadas, das dificuldades e alegrias já vividas, veio a percepção da importância do registro daquela conversa. Estrategicamente, o projeto “Versão do Passado” foi estruturado de maneira a ser conduzido por alguém de fora, ou seja, um entrevistador que, a partir de uma pauta de perguntas, ajuda a reavivar as lembranças que não aparecem tão claras. É necessário que o entrevistador seja adequado e cuidadoso durante a entrevista, pois ele tem por função ajudar a “juntar” os pedaços dessa grande história que se remonta. Existe o seu natural desmantelamento, seja provocado pela senilidade dos narradores, ou por abstração, ou ainda pela própria morte de seus personagens e testemunhas. Isso colabora para tornar a história insegura na hora de reproduzir os fatos. Sendo assim, valida-se uma das versões do acontecimento, que vive a partir de quem conta e sobrevive de quem a escuta, que a reproduz aos demais membros do grupo social em que está inserido.

#### FIGURA 12

Entrevista preliminar para o projeto “Versão do Passado”, agosto de 2003.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

Nesse momento, observa-se o atrelamento da memória de vida do entrevistado com a do grupo. A sua vida pessoal e social discorrem em paralelo, principalmente quando se é sujeito ou espectador da narrativa que se relata, até mesmo quando nos julgamos sozinhos diante de algum episódio, basta compartilharmos a situação com alguém e esta pessoa fará parte das lembranças do outro. As emoções refletidas na narrativa declaram a real importância dos acontecimentos na vida do narrador e de seu interlocutor. Sobre a fusão de memória individual e coletiva, afirma Halbwachs (1990):

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre junto conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (p.26)

O valor dado aos fatos relevantes do local reflete diretamente na vida de seus moradores e é aí que percebemos mais uma intenção do grupo “com vontade de memória”: melhor seria que estas pessoas fossem reconhecidas como a memória viva do local. Pois, uma vez que o registro audiovisual os torna representantes da história do desenvolvimento do grupo por captar a imagem, gestos e emoções, fazendo com que esses narradores tenham sua imagem registrada para a posteridade, depois que não estiverem mais vivos.

A idéia de fazer dos narradores representantes da história do Chapéu Mangueira não adquire esta forma apenas pelos objetivos das pessoas que a constroem: ela é fruto da análise dos discursos proferidos por elas. Existe a preocupação neste grupo de narradores em serem reconhecidos como os atores e espectadores dessa história pelos demais membros do grupo social. Numa ocasião,

em julho de 2004, durante a exibição de duas entrevistas do projeto “Versão do Passado” para um grupo de moradores, Maria Augusta do Nascimento Silva, moradora do local há quase 50 anos, atual vice-presidente da associação de moradores e uma das personagens cuja entrevista seria exibida, assim se manifestou para explicar do que se tratava o projeto:

O que vocês vão ver hoje aqui é um pedaço da história do Chapéu Mangueira. Nós estamos registrando [a história] para amanhã, esta geração que está aí saber quem foi o seu Lúcio, Dona Conceição, Dona Regina e o que eles fizeram pela comunidade e que reflete até hoje.<sup>1</sup>

Pelo teor do discurso, podemos perceber que estas pessoas, sem ter real consciência da situação, se consideram os arautos da memória do Chapéu Mangueira. Isto porque há uma preocupação em reproduzir as percepções dos acontecimentos de uma época conservadas na memória, utilizando o recurso audiovisual como forma de estimular os demais membros a se engajarem no processo de construção da memória. Émile Durkeim (1978 apud MINAYO, 2002) analisa o papel dessas representações, que ele chama de coletivas, pela tentativa de manifestar a vontade de memória de um grupo:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns de seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição. (p. 90-1)

---

<sup>1</sup> Integrante do grupo “com vontade de memória”, em fala registrada em vídeo em julho de 2004, durante a exibição de duas entrevistas do projeto “Versão do Passado”, no salão da creche existente no local.

Estes atores ou espectadores dos fatos sociais ocorridos no Chapéu Mangueira colocam-se na posição de representantes deste grupo social, exatamente por estarem ligados a atividades que promoveram o desenvolvimento do local: fornecimento de luz e água, as construções de acesso ao morro, galpão de artes, posto médico e creche. A partir dos discursos, pode-se analisar que a participação desses narradores que compõem o grupo “com vontade de memória” no alcance destas melhorias marca o entendimento do Chapéu Mangueira como um ambiente em que a consciência da importância da socialização entre os moradores conduz o pensamento coletivo em direção a um objetivo comum a todos os seus membros. O significado produzido nessas relações sociais é expresso nos discursos que proferem. Por se tratar de uma população em que a baixa renda ainda prevalece, a comunicação oral é o meio mais eficaz de atingir esse objetivo. Através das palavras ditas em reuniões ou conversas informais, também se expressa o real sentido das concordâncias e conflitos, refletidos nas atitudes dos membros do grupo social. Sobre isso, Minayo (2002) observa:

As representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada porém é a *linguagem*, tomada como forma de conhecimento e de interação social. (p.108)

É importante ressaltar, ainda a partir da análise, que os representantes do grupo “com vontade de memória” do Chapéu Mangueira, oferecem certa resistência à realidade vivida no local nos dias de hoje. Eles se baseiam nas representações de outrora, na tentativa de despertar o espírito socializador que consideram estar silenciado na geração atual. Para isso, utilizam a linguagem oral, captada por recursos audiovisuais, não só através da palavra, mas também por gestos e

sentimentos expressos pelo narrador. Além de reconstruir a história do local, este grupo estaria tentando resistir com a identidade do passado, da qual não acham mais suas características no presente.

## **2.2 - O RECURSO AUDIOVISUAL COMO METODOLOGIA DAS NARRATIVAS DOS MORADORES DO CHAPÉU MANGUEIRA**

O grupo “com vontade de memória” tem a intenção de recuperar as características do passado com as quais se identificavam em seu grupo social, pois é a *diferença* que marca as relações sociais em períodos distintos da história do lugar. Ao demarcar a identidade é necessário afirmar o que somos e, ao mesmo tempo e dessa maneira, deixar claro o que não somos. As colocações discursivas dos membros do grupo “com vontade de memória” explicitam sempre uma conduta moral e socialmente aceita: a constante afirmação de serem possuidores de um caráter íntegro, honesto e franco confronta diretamente com a realidade dos membros de outro segmento deste grupo social que, por se envolverem em atividades ilícitas, não se enquadram no perfil de identidade construída por este grupo. A esse respeito, afirma Castells (1999):

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo/espço. (p.23)

Além de fixar uma identidade do passado, este grupo de narradores apresenta uma identidade de resistência, cuja base de construção vem da

estigmatização do morador de favelas, dentro do contexto social mais abrangente. Por isso, também se justifica a constante afirmação da positividade do caráter destas pessoas. Na segunda entrevista do projeto “Versão do Passado”, um dos entrevistados, Lúcio de Paula Bispo, morador do Chapéu Mangueira desde a década de 1950 e presidente da associação de moradores por três gestões, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, relata um episódio sobre uma remoção na entrada da ladeira Ari Barroso e destaca a sua integridade, como fator indispensável para a conquista da confiança dos moradores do local:

todos os moradores confiavam muito em mim. Inclusive, quando vieram para fazer a remoção da entrada da ladeira, quando foram removidos 32 barracos, em 1973, o estado ia removê-los sem participar à associação de moradores e isso não podia (...) A Fundação Leão XIII delimitou a área (...) e quando cheguei do trabalho, os moradores vieram me procurar. Como eu não tinha conhecimento do fato, disse para que ninguém comparecesse à remoção, pois eu iria sozinho (...) Na manhã do dia seguinte, me dirigi ao local (...) e o fiscal perguntou: “onde está o pessoal para ser removido?”, eu respondi: “ninguém veio, pois vocês deveriam ter comunicado a remoção a mim, que sou o presidente da associação de moradores. E como órgão público, vocês ignoraram o órgão comunitário, então quem está aqui para responder por eles sou eu”.<sup>2</sup>

Quando se dá o enfrentamento diante de um representante de uma instituição de poder, como no caso citado acima, o fiscal da Fundação Leão XIII, percebe-se que os membros do grupo social têm a segurança de que Lúcio, enquanto representante legal dos moradores, estabelece uma identidade comum ao grupo, contrária ao ideário baseado em fragilidade e submissão, como outros segmentos sociais poderiam supor. Esse enfrentamento é visto como uma forma de se conseguir acesso à comunicação com estas classes e a possibilidade, através do entrosamento e do respeito adquirido pelos seus integrantes, conseguir alcançar uma qualidade de vida melhor do que têm no momento presente. Lúcio reconhece

---

<sup>2</sup> Integrante do grupo “com vontade de memória”, em depoimento registrado em vídeo durante entrevista para o projeto “Versão do Passado”, em maio de 2003.

seu papel e destaca, na mesma entrevista, a atuação e os objetivos da associação de moradores:

os objetivos da associação de moradores, ela visava o homem, a sua participação em melhoria social e cultural, para levantar a sua auto estima (...) na proporção que a associação foi desenvolvendo, aquele bem estar social, cultural dos indivíduos foi levantando a auto-estima deles. E foi aí que começou a ser tratado como comunidade.<sup>3</sup>

Nos dias de hoje, os moradores da favela do Chapéu Mangueira manifestam que o ponto de vista das pessoas de fora não incomoda tanto quanto o dos próprios moradores. Os narradores “com vontade de memória” sentem suas identidades confrontadas por outras que, segundo a opinião deles, não contribuem para o crescimento social e cultural no local. Esta opinião refere-se única e exclusivamente ao segmento do grupo envolvido com o movimento ilícito existente na favela. Nas entrevistas realizadas até hoje pelo projeto “Versão do Passado”, foram registrados discursos muito sutis a respeito desse assunto, mas que nas entrelinhas esclarecem a quem se refere. Essa antítese que separa os conceitos de identidade e diferença é assim analisada por Silva (2000):

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças (...) Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (p. 83)

A intenção de recuperar antigos valores e motivações é a mola propulsora da vontade de memória desse grupo. Estas pessoas não tiveram oportunidade de estudar e seus empregos se situavam no patamar de baixa renda: mestres de obras,

---

<sup>3</sup> Idem.

empregadas domésticas, costureiras, garçons, entre outros. Por isso, da perspectiva dos discursos, percebemos que não desejam que os jovens se deixem seduzir pelo ganho do dinheiro fácil, aderindo à ação das atividades ilícitas dentro da favela. Uma maneira encontrada para resistir é exatamente a normatização de uma identidade, ou seja, através do discurso sobre o passado do grupo, tentar conduzir seus ouvintes a uma reflexão a respeito do rumo que podem dar à própria vida e à favela. As constantes ressalvas feitas em relação à conduta moral das pessoas são carregadas de qualidades que as enquadram em padrões morais aceitáveis dentro do grupo. Isso é facilmente percebido no discurso de Maria Augusta do Nascimento Silva, quando fala das diferenças das relações entre as pessoas, no passado e no presente:

a convivência era muito boa. Todo mundo se respeitava, porque tudo que se tinha era igual, ninguém tinha mais do que ninguém. Hoje, até tem, né? Através do estudo as pessoas têm um bom emprego e as pessoas que ganham mais, têm as suas casas melhores (...) Nós vivemos num momento de medo e não é só aqui no Chapéu. Aqui, graças a Deus é um dos lugares de favela que é muito bom, gosto muito de morar aqui. Mas a gente vivemos [sic] com medo e antigamente ninguém tinha medo de andar, apesar que era tudo mato. Hoje, você pode encontrar o policial com arma ou ao contrário, né? E você anda com medo. Mas eu não tenho medo porque eu não tenho medo da verdade, porque eu vivo a verdade.<sup>4</sup>

Apesar da convivência com as diferenças ser inevitável e aceita por todos, existe a crença de que as gerações futuras não conseguirão manter no local a relação de amizade e de visão “comunitária”, de laços fortalecidos conquistada pelos seus antecessores. Além de perceberem falta de interesse, Gibeon de Brito Silva, 51 anos de idade e de morador do Chapéu Mangueira, pai de quatro filhos e três netos criados no local, e presidente da associação por três gestões: no final dos

---

<sup>4</sup> Integrante do grupo “com vontade de memória”, em depoimento registrado em vídeo durante entrevista para o projeto “Versão do Passado”, em novembro de 2003.

anos 1980, na segunda metade da década de 1990 e, recentemente, no triênio de 2000 – 2003, observa que estas gerações vão enfrentar problemas:

Olha, algumas coisas eu vejo com bons olhos, mas a maioria eu não vejo com bons olhos. Uma coisa que eu cheguei à conclusão: essa geração dos meus filhos, das minhas filhas, vai ser uma geração mais conservadora que a nossa. Quer dizer, vai ser conservadora no bom sentido? Pode ser, porque eu acredito que o meu filho não vai liberar a filha dele pro funk como ele foi liberado. Ele não vai permitir. Ele, minha filha, não vão permitir que os filhos deles estejam liberados pras coisas que a gente liberou, porque a gente viveu uma época que a gente chegou à conclusão que era proibido proibir. (...) Então, é uma geração que vai sofrer mais que a gente. E tem a outra parte que não vai, entendeu, vai ter como se recuperar, porque embora mais conservadores, vai ser uma geração muito mais alienada que a nossa.<sup>5</sup>

O que se pode observar nos discursos dos moradores do local é a construção de identidade de resistência já citada anteriormente, com a tentativa de se fixarem padrões de comportamento e conduta, moral e socialmente aceitáveis. Podemos perceber, nos discursos das pessoas “com vontade de memória”, que a remontagem do passado não segue apenas a linha histórica; ela visa também provocar um afetamento no ouvinte, no sentido de que, quando este se tornar um narrador, possa recontar a história com a mesma carga de positividade e contagiar o imaginário dos seus ouvintes, não só perpetuando-a, mas também tornando o grupo social e moralmente aceito pelos demais segmentos sociais. Se o grupo “com vontade de memória” utiliza as narrativas orais para conservar o seu passado, por que optar por registrá-lo utilizando câmeras de vídeo?

---

<sup>5</sup> Integrante do grupo “com vontade de memória”, em depoimento registrado em vídeo durante entrevista para o projeto “Versão do Passado”, em agosto de 2005.

### **2.3. - DOCUMENTO AUDIOVISUAL: RECURSO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA**

É provável que os integrantes do grupo com “vontade de memória” não percebam o real papel que desempenham, mas têm a intenção de serem reconhecidos pelos moradores como personagens principais da história do desenvolvimento do local. O grupo acha que a história deve ser registrada com o discurso e a imagem deles, os narradores, para que se conserve a sua originalidade. Pelas observações que fiz durante as gravações das entrevistas e por incursões informais feitas no local, percebi que o projeto “Versão do Passado”, além de documento histórico do local, é tratado como herança das idéias e atitudes do passado registradas, constituindo a memória e servindo de referência para um futuro a construir.

A preocupação com o futuro advém da falta de representatividade no presente. A preocupação da perda total da memória e conseqüente esquecimento dos atores sociais que a constituíram também é latente. Em alguns casos, a repercussão dos fatos relatados expressa igual força de importância na vida individual e coletiva dos narradores, tornando seu papel de relevância para a construção dessa memória. A esse respeito, analisa Davallon (1999):

(...) para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo “lembança” evoca na linguagem corrente. (p. 25)

A utilização da imagem como o instrumento de preservação da memória e identidade é percebida como a maneira ideal de se captar a atenção do espectador. O contato visual proporciona melhor a assimilação da história. Além disso, visa-se também a recuperação do significado de “se viver em comunidade”, agregando às narrativas já existentes outros acontecimentos envolvendo novos atores e espectadores e a manutenção, dentro da consciência do grupo, das lembranças significativas, para que se prossiga a construção da memória. A conjugação do discurso com a imagem é fator de facilitação da comunicação do grupo “com vontade de memória” e os demais segmentos do grupo, como afirma Joly (1994):

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos equivale, (...), a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como um instrumento de expressão e de comunicação. Quer ela seja expressiva ou comunicativa, podemos admitir que uma imagem constitui sempre *uma mensagem para o outro*, mesmo quando este outro é o próprio autor da mensagem. É por isso que uma das precauções necessárias a tomar para melhor compreender uma mensagem visual é procurar para quem ela foi produzida. (p.55)

Para que o projeto “Versão do Passado” traduza a vontade de seus idealizadores, deve ser objetivado e definido de maneira que o espectador entenda a mensagem e reflita a seu respeito. A análise da mensagem visual pressupõe o estudo dos contextos de utilização e exibição.

Para essa análise, devemos considerar o recorte no conceito de imagem, como a captação de áudio e imagem por câmeras de vídeo, como meio de registro destas narrativas. O que se vê através da entrevista do projeto “Versão do Passado” editado são as gravações de entrevistador e narrador, onde este último tem a sua imagem e discurso dominante ao longo da narrativa, restando ao primeiro fazer intervenções esporádicas, quando o assunto é pouco esclarecido.

As informações do narrador são conseguidas através de uma entrevista preliminar, na qual apenas o áudio é gravado e são feitas perguntas abrangentes, sem especificação exata de um fato, deixando o narrador livre para falar. Depois, monta-se um roteiro com tópicos de assuntos levantados na entrevista preliminar, para que seja feita a gravação com câmera de vídeo (FIGURA 13). Durante este processo, não é imposto ritmo ao narrador, respeitando o seu tempo e interrompendo a gravação sempre que necessário para beber água, descanso do narrador, ou retomar algum assunto que não ficou muito bem desenvolvido anteriormente. Para esse tipo de produção, é preciso uma equipe composta por dois cinegrafistas, um produtor e um diretor, para que sejam sinalizadas as possíveis falhas e inconvenientes ocorridos durante a gravação, como: local com iluminação imprópria ou com muito barulho, impedindo a captação correta do áudio, por exemplo. Depois, o entrevistador assiste (mais de uma vez) ao material gravado na íntegra, para que seja feita a edição, na qual os cortes são feitos, de modo que não firam a continuidade da narrativa; a menos que o narrador solicite o corte de algum trecho que considere dispensável. Não há uma preocupação em retirar trechos da narrativa, pois não é a intenção do grupo “com vontade de memória” que se construam versões e sim que seja reproduzida a versão de quem narra, tanto é que não se usa recurso de edição, como os efeitos especiais de imagem e som, pois isso também descaracterizaria a imagem original do narrador e o que ele conta. Quando podemos lançar mão do recurso, utilizamos imagens, como: fotos ou recortes de jornal, cedidos pelo próprio narrador e, por alguns segundos, estas imagens tomam o lugar dele para ilustrar a narrativa. Após a edição da entrevista, o entrevistado assiste ao material finalizado e dá o seu parecer que, em caso positivo, é agendada a exibição no Chapéu Mangueira. A divulgação é feita pelo grupo “com

vontade de memória” no local, através de cartazes, anúncio na rádio<sup>6</sup> e comunicação direta com os vizinhos.

No dia marcado, a exibição começa da seguinte maneira: monta-se a aparelhagem de projeção, espera-se o público chegar, a maioria, moradores do local que têm ligação com o grupo “com vontade de memória” e, após a acomodação das pessoas, um dos integrantes do grupo fala sobre o conteúdo e os objetivos do que vão assistir e abre o espaço para quem quiser se manifestar a respeito do projeto. O público que vem assistir às entrevistas é bem heterogêneo: membros da associação de moradores, crianças, idosos (além dos integrantes do grupo “com vontade de memória”), pessoas que estão chegando do trabalho e entram na creche<sup>7</sup>, para ver o que é, e acabam ficando. Todos que ficam assistem na íntegra à entrevista. No final, as pessoas comentam e dão sugestões a partir do que assistiram. A concepção do projeto “Versão do Passado” não tem relação com a expressão “Uma imagem vale mais do que mil palavras”, pois, se, em algumas situações, uma imagem sem som expressa uma variedade de significados, neste caso sua associação com a linguagem falada é imprescindível, como descreve Metz (1983):

Não há nenhuma razão em supor que a imagem possui um código que lhe seja inteiramente específico e que a explique por completo. A imagem é informada por sistemas bem diversos, dos quais alguns são propriamente icônicos e outros aparecem igualmente em mensagens não-visuais.  
(p. 16-7)

---

<sup>6</sup> A rádio funciona dentro da creche sob o sistema de alto falantes, colocados nos postes de luz, em frente aos prédios da creche, associação e galpão de artes.

<sup>7</sup> A exibição é sempre realizada no salão da creche Dona Marcela, localizada no largo formado por ela, pelo galpão de artes e associação de moradores.

FIGURA 13

Entrevista do projeto “Versão do Passado” com Maria Augusta do Nascimento Silva, novembro de 2003.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

Dentro da diversidade de sistemas referidos acima, está justamente o discurso dos narradores. A imagem colabora, por tornar a narração mais ilustrada, isto é, a força da narrativa é expressa pelos gestos e tom de voz, aplicados durante o discurso. Como as percepções têm um tempo de duração maior, a imagem também colabora para o reconhecimento dos narradores: seu aspecto iconológico permite o entendimento do espectador, pelo discurso que é assistido e, principalmente, pela figura que narra, uma vez que o recurso audiovisual reproduz o que é narrado, sem alterar o conteúdo. Sendo assim, a memória do Chapéu Mangueira é construída pelos acontecimentos relevantes no local e sua divulgação entre as gerações está atrelada a quem conta. Poderíamos até comparar a atuação do grupo “com vontade de memória” com a dos filósofos da Grécia Antiga, que promoviam debates em praças públicas, dialogando diretamente com o povo.

A produção do projeto “Versão do Passado” registra em vídeo a história do Chapéu Mangueira, narrada por quem a vive e a assiste, visando à formação de um documento da memória do lugar, para que todos os integrantes do grupo e

pesquisadores tenham acesso à história do desenvolvimento do local. A vontade e a necessidade dos moradores mais velhos de contar o passado do local é estimulada pela falta de interesse da atual geração. Eles têm esperanças de que, no futuro, essa e as demais gerações poderão, ao rever os programas, recuperar a consciência de outrora, na qual a mobilização dos moradores conseguiu superar dificuldades e estreitar o limite da diferença e aceitação social (FIGURA 14).

FIGURA 14  
Dona Efigênia, moradora do Chapéu Mangureira, e suas esculturas em argila feitas no galpão de artes.



FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangureira

O diferencial na promoção desse diálogo está na utilização do recurso audiovisual como instrumento de construção de memória. Recurso este que visa a formação de um documento histórico e de preservação da identidade do Chapéu Mangureira. Documento que busca a reflexão e a sobrevivência da ideia comum, pelo conhecimento das ações do passado, que determinaram o grau de desenvolvimento encontrado no local nos dias de hoje.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Em 1963, foi fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), hoje Faferj. A entidade foi criada com o apoio de 100 associações registradas em cartório. Neste mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Rio destinou 3% da arrecadação estadual para obras de melhoramento nas favelas.

<sup>2</sup> A remoção era um processo de esvaziamento de favelas que consistia na transferência de seus moradores para moradias construídas pelo governo. Em 1962, começaram as construções dos conjuntos habitacionais de Cidade de Deus e vilas Kennedy, Aliança e Esperança. As obras foram financiadas pelo governo americano, através da Aliança Pelo Progresso. Em 1968, o Governo Federal cria a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). Sua missão principal era "exterminar as favelas do Rio de Janeiro". Segundo definição da própria Chisam, as favelas eram "um espaço urbano deformado". Havia resistência por parte dos moradores, pois as novas residências eram muito distantes de seus locais de trabalho, o que aumentava consideravelmente o custo com transporte, além de não conseguirem pagar as prestações da nova casa. Em 1969, foi concluída a operação de remoção da Favela da Praia do Pinto, no Leblon. Os moradores começaram a ser transferidos ainda nos anos 1950, mas o Estado enfrentou forte resistência. A remoção da favela só seria concluída no mesmo ano, após um incêndio no local (de causas ignoradas). Nas obras consultadas sobre o tema, o Chapéu Mangueira não aparece listado pela Chisam para remoção, nenhum dos entrevistados relatou enfrentamentos com as autoridades e nos documentos guardados na associação de moradores, encontramos documentação de remoção referente ao morro da Babilônia. Sobre esse assunto, ver: VALLADARES, Lícia do Prado, *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*, RJ: Zahar, 1980 e PERLMAN, Janice E., *O Mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, RJ: Paz e Terra, 1977.

### **3 – ACERVO DO CHAPÉU MANGUEIRA: A MEMÓRIA AUDIOVISUAL COMO ELO ENTRE GERAÇÕES**

No capítulo anterior, a análise do grupo de moradores do Chapéu Mangueira, que manifestou a “vontade de memória”, nos mostrou que eles se colocam diante dos demais como os “guardiões” da memória do local. Através do registro em imagem e som captados por câmeras de vídeo, as narrativas dos membros desse grupo ficam armazenadas em um tipo de mídia e guardadas em local acessível, para ser disponibilizado a todos. Foram identificados os objetivos destes narradores que, além de provocar reflexão nas gerações futuras sobre a importância da formação de novas lideranças, se colocam como os representantes do grupo social, o que justifica o atrelamento do desenvolvimento do local à vida dos narradores dessa história.

Antes de caracterizar e justificar o projeto “Versão do Passado” na categoria documento, cabe-nos questionar: o que leva um grupo a sentir e manifestar a necessidade de narrar a história da favela em que vivem? É a partir dessa resposta que conseguimos esboçar o desenvolvimento do presente projeto.

Para começar, não podemos deixar de entender que os argumentos que justificam a atitude do grupo estão ligados à questão da cultura. Isso acontece exatamente porque, apesar de estar inserida dentro de uma abrangência cultural mais ampla, a favela do Chapéu Mangueira não deixa de ter características suas que a definem como única nesta amplitude. Para essa análise, vou me deter a um dos inúmeros conceitos atribuídos à cultura (DURHAM, 1984):

A cultura, ao nível da população, é colocada como algo intangível ou muito acima do comum e refere-se principalmente às artes plásticas, à pintura, à música, teatro, cinema. Acho que, no sentido realmente do senso comum, a cultura é identificada com essas formas de representação. (p.24)

O grupo “com vontade de memória” usa o registro em vídeo como forma de cristalizar suas memórias, para que o recurso audiovisual, possa ser usado como instrumento desses atores e espectadores sociais. Quando os membros desse grupo não estiverem mais vivos, estarão imortalizados na lembrança de quem assiste às narrativas gravadas. Como a história do local não é evocada o tempo todo, este conhecimento passa a ter um cunho cultural, por se referir ao patrimônio do Chapéu Mangueira, ou seja, informações que remetem à origem do desenvolvimento encontrado no local nos dias de hoje. A esse respeito, Durham (1984) afirma:

“Ter cultura”, portanto, no senso comum, significa possuir um certo conjunto de conhecimentos ou informações que não são utilizados no dia-a-dia das pessoas comuns e, ao mesmo tempo, ser dotado de uma capacidade especial para apreciar e usar esse patrimônio. (p.24)

A valorização dada a essa concepção de cultura coloca o projeto “Versão do Passado” no patamar de registro documental. A mídia que contém as narrativas dos integrantes do grupo com “vontade de memória” se torna um objeto patrimonial, por ter em seu conteúdo, expressos pelas narrativas e gestos que o compõem, uma história que estava apenas registrada no imaginário destas pessoas. Deve-se considerar que cada um dos narradores doa um pouco de si em cada narrativa. Isso acontece devido ao grau de intensidade de envolvimento e emoções desencadeados durante o desenrolar

dos fatos, devidamente registrados como lembranças. A associação de fatores emocionais, com a condição de ator e espectador social, dá às narrativas um tom pessoal, mas flexível à interpretação dos espectadores. Essa flexibilidade os aproxima dos fatos do passado que não vivenciaram, mas que, graças ao apelo das lembranças manifestado no momento presente, ganham a chance de sobreviver no momento em que são recordados, através desses ouvintes. Abreu (2004) analisa assim essa relação:

No coletivo, vivenciando uma experiência singular, os indivíduos aproximam-se e distanciam-se entre si, sendo capazes de discernir aquilo que lhes parece fundamental. No coletivo, os indivíduos, no momento exato em que são sujeitos das experiências, são elos entre o passado e o futuro. (...) Os narradores, quando colados ao ato de narrar, num contexto em que toda a comunidade de ouvintes é especialmente formada para ouvir as narrativas contadas de certa maneira, num certo momento, num certo lugar, constituem sujeitos especiais de um tipo de comunicação que articula mundos. (p.61)

Os narradores “com vontade de memória” esforçam-se para manter a imagem do Chapéu Mangueira construída por eles ao longo dos anos: uma favela marcada pela conscientização de seus moradores que, juntos para a obtenção de melhorias no local, visavam sempre o bem comum. Essa *tradição de pensamento* ameaça se perder, devido à falta de interesse das gerações atuais em assumir o papel representado pelos seus antecessores. Esperançosos de não perdermos o elo com esta *tradição*, ela é reavivada nas narrativas dos seus atores e espectadores sociais, através do compartilhamento de suas experiências com os demais membros da favela (FIGURA 15).

FIGURA 15

Arrumação do equipamento para a exibição de uma das entrevistas do projeto “Versão do Passado”, em dezembro de 2004.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

A perpetuação deste compartilhamento está ligada à construção do patrimônio do local, na modalidade de documentação audiovisual, através do projeto “Versão do Passado”. A construção dessa modalidade de documento objetiva, principalmente, a manutenção do elo de comunicação entre diferentes gerações do mesmo grupo social. As necessidades estabelecidas pelos tempos modernos, foram criando um distanciamento entre as gerações. Por se tratar de uma favela, os recursos de registros de imagem dos acontecimentos ficaram restritos à fotografia, feitos a partir dos anos 1980. Como a distância temporal entre o início das atividades sociais e culturais e os dias de hoje se faz longa, os próprios integrantes do grupo “com vontade de memória” enxergaram no registro audiovisual não só uma forma de se comunicar com diversas gerações, mas manter este mesmo elo com as que estão por vir, mesmo com a ausência de seus narradores. Assim, é construído um acervo

documental que, além de manter uma *tradição de pensamento*, preserva uma identidade que revela o que o Chapéu Mangueira se tornou ao longo do tempo, até os dias de hoje.

A questão da memória para os grupos sociais está associada à “cristalização, preservação e manutenção dos bens culturais” (DODEBEI, 1997). A busca por documentos e objetos que possam dar sentido à construção da memória, sendo ligados aos acontecimentos, é constante por membros de grupos sociais interessados em construir sua própria memória. A particularidade dessa construção no Chapéu Mangueira é a recorrência à narrativa oral. Na sede da associação de moradores existem vários documentos e fotos, guardados e preservados, o que demonstra que já existia uma preocupação com a conservação do passado, mas, para atingir os membros do grupo de forma mais abrangente, o grupo “com vontade de memória” parte do documento audiovisual para deixar cristalizados esses acontecimentos, que caracterizam as normas e valores que ditavam o comportamento dos moradores. Pode-se dizer que este documento é a expressão de origem da identidade do grupo, ou seja, por ele, há a possibilidade de se refletir, apreender e valorizar as atitudes e comportamentos adotados outrora diante dos acontecimentos, como representações de um conjunto de bens morais vigentes. Sobre isso, Dodebei (1997) analisa:

Se o homem habita o espaço cultural que ele próprio cria e transforma continuamente, ele necessita ligar-se ao passado como marco diferencial e auto identificador. O patrimônio cultural, nessa perspectiva, deve ser compreendido como o conjunto de informações que caracterizam as ordens de significado dentro de um grupo, povo ou nação, sendo coletivo, porque a cultura o é. (p.6)

Sendo assim, evidencia-se que a preocupação desse grupo é a de construir um patrimônio que contém, em sua essência, características de comportamento moral aceitável, no qual o objeto de valor são os modos de conduta adotados diante das situações vivenciadas. Portanto, trata-se de uma categoria específica de patrimônio: imaterial ou intangível, assim definido pela Unesco (BO, 2003):

A totalidade das criações de base tradicional de uma comunidade cultural, expressadas por um grupo ou por indivíduos e reconhecidas como o reflexo das expectativas de uma comunidade na medida em que refletem sua identidade cultural e social; seus padrões e valores são transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. Suas formas são, entre outras, língua, literatura, música, dança, jogos, mitologia, rituais, hábitos, artesanato, arquitetura e outras artes. Além desses exemplos, serão levadas em conta também, as formas tradicionais de comunicação e informação. (p.78)

A partir desse entendimento, percebe-se mais um atributo dado ao registro audiovisual: materializar as narrativas, valorizando especialmente a contribuição dos gestos e emoções contidos nos relatos. Além disso, torna o patrimônio imaterial acessível, quer dizer, “congela” os fatos narrados em determinado momento presente, atribuindo-lhe uma característica monumental. Será que apenas os narradores contemplados com o registro de suas histórias detêm a versão original dos fatos? Ao levar em consideração a quantidade de atores e espectadores sociais envolvidos em cada acontecimento, a resposta para essa pergunta seria não. Mas existe um consenso no grupo “com vontade de memória”, que parte do princípio de permitir que os narradores se apresentem voluntariamente e contribuam com suas lembranças para a construção da memória do Chapéu Mangueira, ficando assim, validadas as

versões registradas em som e imagem. Sobre esse ponto de vista, Dodebei (2001) faz a seguinte reflexão:

Ao entendermos por *memória* a manutenção de qualquer recorte de ações vividas por uma sociedade, somos levados a considerar o caráter de imobilização ou congelamento das ações selecionadas, a fim de que possamos preservar aquele momento social. Na verdade, a escolha e o isolamento de determinada ação, considerada em todas as formas de apreensão – sons, imagens e texturas – não impedem sua permanência ou continuidade naquela sociedade. Representa, sim, a sua duplicação, configurando dois aspectos, o móvel e o imóvel. Essas duas leituras, para uma mesma ação cultural, implicam, portanto, a noção de representação em seu sentido modelar e no seu duplo: re-presentação. (p.60)

Esses fragmentos de memória, contidos nas narrativas e lembrados pelos espectadores, ganham uma nova perspectiva e até uma nova versão, quando estes reproduzirem a história para outras pessoas. O grupo “com vontade de memória” visa à aquisição de contornos próprios, com ressalvas feitas pelo espectador – narrador, ou seja, a memória se re-apresenta com a mesma essência, mas com a expressão, o toque e a impressão registrados no imaginário do narrador, outrora espectador. Dodebei (1997) assim expressa esta questão:

A memória é um fator de ligação psíquica coletiva numa ordem de sucessão que visa a neutralizar os efeitos de irrupção de um trauma; somente quando a memória se torna objeto de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de ordem. Tal gestão implica forçosamente na relação objeto, imagem e relato, sendo estes os meios essenciais de investimento e tratamento da memória.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Trecho do capítulo 2 da tese de Doutorado revisitado pela autora: DODEBEI, Vera Lucia D. A construção social da memória. In: *O sentido e o significado de documento para a memória social*. Rio de Janeiro: UFRJ - ECO, 1997. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura, p. 33-66.

A partir dessa análise, chega-se ao entendimento de que o registro audiovisual produzido pelo projeto “Versão do Passado” pode ou não surtir o efeito esperado pelos narradores “com vontade de memória”. Para que o resultado seja positivo, é necessário que flua, de forma harmoniosa, a relação entre o objeto (espectador), imagem (registro audiovisual) e relatos (narrativas). O projeto “Versão do Passado” privilegia este espaço de forma integral ao narrador que é indicado pelo grupo que, por sua vez, o promoveu para este posto, pela contribuição dada ao desenvolvimento do local. Por ser conhecido e visto como um benfeitor, o ator ou espectador associa suas lembranças em forma de narrativa a este reconhecimento. O despertar da capacidade reflexiva do espectador é um dos objetivos a ser alcançado pelo projeto. Com a expectativa do grupo desenvolvedor do projeto, poderá ressurgir o movimento em prol do espaço social habitado por estas pessoas; o mesmo espírito comum que uniu as pessoas em benefício das melhorias na condição de vida do Chapéu Mangueira.

O patrimônio imaterial, sob os pontos de vista da conservação e da documentação – formas de salvaguarda patrimonial – nos faz pensar não mais no objeto como testemunho concreto de fatos e eventos, mas em determinadas circunstâncias que dão margem à elaboração da memória, entendendo o conceito de memória não como inventário, mas como princípio de articulação de idéias, tendo os fatos e objetos como vetores de apreensão de diferentes formas de percepção e conhecimento. (BOTTALLO, 2002)

A colocação da autora é uma nova hipótese para a vontade de memória do grupo de moradores do Chapéu Mangueira. Além das já analisadas anteriormente, esta trata do preenchimento de um espaço vazio existente no processo de desenvolvimento do local: o registro dos fatos e acontecimentos na época em que ocorreram que, por falta de recursos, não teve como ser feito.

Ter-se-ia, então, originado a vontade de memória, a partir da conscientização de que, a pura e simples conservação das lembranças na memória dos narradores tornava-as frágeis e com o grande risco de elas se apagarem, até mesmo antes da morte das pessoas ou de sua mudança do local. Para não ficar inacessível e tampouco enfraquecida, é registrada em som e imagem, através de câmeras de vídeo (FIGURA 16).

FIGURA 16

Criança da comunidade, curiosa com o equipamento de vídeo, pronto para iniciar a gravação do projeto “Versão do Passado”. Setembro de 2002.



FONTE: Arquivo NECC – Faculdades Integradas Hélio Alonso

Não se pode ignorar que a história do tempo presente nas favelas contém elementos ligados à violência, ilicitude e delinqüência e são estes elementos que se confrontam com as lembranças ainda vivas do passado: um lugar de bem, composto por trabalhadores honestos e com comportamento moralmente aceito por outros segmentos sociais. Esse novo viés de análise comprova o desejo do grupo “com vontade de memória”, em construir a memória do Chapéu Mangueira e de manter viva a “história positiva” (ROUSSO, 1996) do local.

O tipo de registro (audiovisual) e o desenrolar do seu processo não deixam margem de dúvidas quanto à confiança depositada nos narradores. Apesar de existir a possibilidade de, ao longo do tempo, essas lembranças terem sido acrescidas de detalhes que não existiram, ou lembranças que os atores ou espectadores sociais gostariam que fossem reais. Se considerarmos essa hipótese como verdadeira, podemos afirmar que a história remontada por estes narradores se distancia da realidade passada, não sendo transparente o bastante para ser tomada como verdadeira. Por outro lado, mesmo com a existência desse “acréscimo” de detalhes, os narradores são a representação viva da memória que está sendo construída, porque assim eles se auto delegaram nesta função, de forma voluntária pelos idosos que compõem o grupo “com vontade de memória”. Então, trabalha-se com o princípio de que, independente de qualquer tipo de alteração, as histórias narradas são tomadas por originais, até porque não existem outras “fontes” (ROUSSO, 1996):

A utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de “fonte”. Chamaremos de “fontes” todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – seja eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados na memória) – e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica. (p.86)

Como pesquisadora e entrevistadora do projeto “Versão do Passado”, é possível observar que as pessoas que se interessam em participar do projeto têm uma imensa vontade de materializar suas memórias por meio do registro

audiovisual. É Imprescindível fazer das memórias arquivadas em um tipo de mídia a fonte de informação da cultura local para os demais moradores. O documento que informa a respeito do desenvolvimento do local, inclui as descrições de fatos. Nesses fatos se destacam o comportamento e pensamento inquestionáveis pelo aspecto moral. Eles culminam em conquistas de benefícios para o grupo e a superação de dificuldades. Cumpre ressaltar a união de todos os moradores para o alcance das melhorias, tão importantes para a favela. O vazio que se tenta preencher se expressa pelo confronto com a atividade ilícita desenvolvida no Chapéu Mangueira, que acaba marginalizando a imagem da favela, através dos meios de comunicação, para os outros segmentos sociais, incluindo até os moradores que não se identificam com tal atividade (FIGURA 17).

FIGURA 17

Matéria do jornal de bairros do “O Globo”, de 10/11/1986, que fala a respeito do posto médico, creche e galpão de artes.



FONTE: associação de moradores do Chapéu Mangueira

Não se pode afirmar que existe uma guerra sendo travada, pois nenhum dos grupos, o “com vontade de memória” e o “ilícito”, têm a intenção de interferir, tampouco interromper as atividades um do outro. Mas o grupo “com vontade de memória” resiste com a identidade do passado e tenta, no presente, estabelecer um diálogo com a geração atual e as que estão por vir, pelo arquivamento das narrativas das pessoas que colaboraram com a construção da memória do Chapéu Mangueira. Sobre o preenchimento desse vazio, Rousso (1996) afirma:

Acessíveis ou fechados, os arquivos são o sintoma de uma falta, e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar supri-la, em se inscrever num processo de conhecimento, quanto em tentar exprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado. (p.91)

É possível que o grupo “com vontade de memória” acabe por fornecer, para as futuras gerações, o conhecimento do passado de uma forma bem sutil: através de contadores de histórias. O perfil dos narradores é bem familiar, lembram os avós, os simpáticos e atenciosos idosos que, com suas histórias, enchem nosso imaginário de lembranças e nossas mentes de conhecimento. A montagem de arquivo audiovisual, tal qual a proposta do projeto “Versão do Passado”, tem objetivos implícitos e, dentre eles, está a facilitação de seu acesso. Tal fato possibilita o despertar de interesse, não só dos moradores, mas também de pesquisadores interessados no tema “memórias de favelas” e das relações entre memória e imagem. Sob o ponto de vista do uso da imagem, esta se torna a representação legitimadora da memória, suprimindo a fragilidade das mentes humanas, fragilidade essa expressa pelo esquecimento provocado por falta de evocação das lembranças, sem destituí-las da função

de lembrar. Em determinado momento presente, a imagem assume o papel de trazer à tona o que a mente humana não mais domina, ou os atores sociais não estão mais vivos.

O mais implícito objetivo manifestado pelo grupo “com vontade de memória” é o preenchimento do vazio sentido por seus membros no local. De maneira discreta, a construção da memória do Chapéu Mangueira, arquivada no formato audiovisual, pretende provocar a reflexão positiva no espectador, para que este indivíduo recupere (ou adquira) a capacidade de olhar em volta de si e perceber que as conquistas em melhoria de qualidade de vida atingida até os dias de hoje são dignas de preservação. Como futuros narradores dessa história, devem adquirir a consciência de crescer mais a ela, contando a forma de atuar da geração em seu tempo presente, relatando as lutas e dificuldades e como o grupo de moradores do Chapéu Mangueira conquistou o respeito e espaço nos demais segmentos da sociedade no tempo presente.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da construção da memória do Chapéu Mangueira nos faz refletir o quanto é importante para os membros de um grupo social manter essa memória viva. Os moradores de favela não têm a sua história registrada em um contexto mais abrangente, com a relevância que julgam merecer. Por isso mesmo, um grupo de pessoas atuantes no processo de desenvolvimento do local se propõe a manutenção dessa memória, como narradores e guardiões das lembranças do grupo. Utilizamos o formato audiovisual, como elemento cristizador das memórias dos narradores, composto por pessoas idosas, visando se tornar “herança” para as gerações futuras. O objetivo do grupo “com vontade de memória” é despertar essas gerações para as novas necessidades surgidas no local e, além disso, deixar registrado no imaginário dessas pessoas quem foi que batalhou por elas. As memórias, além de se perpetuarem guardadas em um tipo de mídia, carregam em seu conteúdo a expressão dos gestos e emoções contidos nas narrativas.

Estas características tornam esse tipo de documentação, caracterizado pela captação de som e imagem por câmeras de vídeo, adequado aos objetivos do grupo “com vontade de memória”: deixar para a posteridade as histórias de vida das pessoas que passaram, pelo menos 30 anos dentro do Chapéu Mangueira. Além de se consagrarem como os atores e espectadores principais de períodos marcantes sobre o desenvolvimento da favela. Visa-se também, mobilizar os demais moradores para formar novas lideranças, objetivando a continuidade do progresso no local, motivação maior para a manifestação da vontade de memória.

A adoção desse formato para a documentação das memórias do Chapéu Mangueira é uma opção estratégica adotada pelo grupo, como uma forma de fixar os narradores como representantes sociais, mas surge também como alternativa na área de pesquisa, já que o termo documento já foi amplamente utilizado para designar tudo que fosse exclusivamente escrito a respeito de determinado tema. Nos dias de hoje, independente da classe social ou motivações, a documentação audiovisual é uma opção para registrar nossas lembranças no tempo presente de forma singular, pois a imagem não só descreve, como pode ser descrita pelo espectador. Conciliada às narrativas, ganha uma conotação própria, exclusiva do tema em desenvolvimento, além de habilitar o telespectador em narrador no futuro.

Acredito que essa forma ainda dita “nova” de produzir documento venha a contribuir muito para a preservação da memória: viver em um mundo globalizado, onde até as guerras têm transmissão via satélite e hora marcada para acontecer. Por que não lançar mão do recurso para o registro da memória dos grupos sociais interessados em mantê-la viva, se os moradores da favela do Chapéu Mangueira, pessoas caracterizadas por baixo grau de renda e escolaridade, tiveram a idéia original de preservar a memória do grupo dessa forma.

A parceria com as Faculdades Integradas Hélio Alonso permite o entrosamento entre alunos e moradores do local, viabilizando aos primeiros a possibilidade de desmistificar o conhecimento de um universo diferenciado, cercado de questões sócio-culturais referentes à favela, e aos segundos a materialização de sua idéia, através do aparato técnico e base teórica da comunicação, além do aprendizado conseqüente a respeito de produções ligadas

à imagem e som. Esta parceria promove um crescimento para todos que nela se envolvem: os moradores, pela satisfação em ver os objetivos alcançados, e os alunos, pelo exercício da capacidade analítica e por adquirirem conhecimento a respeito dos valores e das relações humanas existentes nas favelas.

A manifestação do desejo de preservar a memória do Chapéu Mangueira não chega a ser uma idéia unânime do grupo social, mas um segmento desse grupo preserva a memória. Uma vez não registradas, estas lembranças tendem a desaparecer, provocando não só o desconhecimento, mas a desvalorização do quadro evolutivo do local.

Cabe a nós, estudantes, intelectuais, professores, irmos ao encontro dessa modalidade de documento e promovermos sua utilização. Seguir o exemplo dos moradores do Chapéu Mangueira e deixar registrados nossa vivência e conquistas para que, no futuro, o país que vivemos possa construir a sua história e fornecer a alternativa de consulta às memórias de grupos sociais. Apesar de não expressar uma totalidade de idéias, essa modalidade de documento pode oferecer diferentes pontos de vista relacionados a diversos assuntos, assim como hoje se apresenta, a documentação audiovisual das memórias do Chapéu Mangueira.

**ABSTRACT:**

This paper is concerned with slum memory construction of “Chapéu Mangueira”, located at Leme, south zone in Rio de Janeiro. The narratives are about a group of dwellers, involving their life histories and the progress of the place; this memory is through audio-visual register, with image and audio collected by video camera.

Besides memory preservation of the place, this paper analyses people’s role which consists this group, as narrators and dwellers of a slum and documentation form embraced to the narratives, which intends to convey to the future generations what was and who contributed with good changes found nowadays in this community.

## 5. BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção dos “Mestres de Arte”. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. RJ: DP & A Editores, 2003, p.81-108.
2. \_\_\_\_\_. Performance e patrimônio intangível: os mestres da arte. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (org). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização*. Brasília: ICS. UnB, 2004, p.58-67.
3. ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva de sentido. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.11-17.
4. ALBERTI, Verena, *Manual de história oral*, Rio de Janeiro: FGV, 1990.
5. AUGÉ, marc, *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Rio de Janeiro, Papirus. 2ª. Ed., 2001, p. 43-105.
6. BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, volume 1), p. 197-221.
7. BO, João Batista Lanari, *Proteção do patrimônio da Unesco: ações e significados*. Brasília, Unesco, 2003, p. 77-87.
8. BONAZZI, Chantal de Tourtier. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
9. BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
10. BOTTALLO, Marilucia, *Documentação do patrimônio imaterial: novos conceitos... Novos métodos?* Disponível em: <[www.icom.org.br/cidoc2k2/comunicações/htm/comunicações/bottallo.htm](http://www.icom.org.br/cidoc2k2/comunicações/htm/comunicações/bottallo.htm)> 2002. 22 de junho de 2004.
11. Brasil. Organização Não Governamental Viva Rio. Dados sobre as favelas cariocas: Histórico. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br>> 23 de maio de 2004.
12. CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação, economia, sociedade e cultura*. Volume 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
13. DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória?. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.23-37.

14. DODEBEI, VERA LUCIA D. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. Rio de Janeiro: UFRJ - ECO, 1997. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura, p. 33-66.
15. \_\_\_\_\_. Espaços mítico e imagético da memória social. In: COSTA, Icléa Thiesen Magalhães, GONDAR, Jô (orgs). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro, Ed. 7 Letras, 2001, p.63-71.
16. \_\_\_\_\_. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes, MORAES, Nilson Alves de (orgs). *Memória e construções de identidade*. Rio de Janeiro, Ed. 7 Letras, 2001, p.63-64.
17. DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In: ARANTES, Antonio Augusto (org), *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 23-58.
18. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A editores, 2003, p. 21-29.
19. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.
20. JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Edições 70, Portugal: 1994.
21. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In; \_\_\_\_\_. *Memória e História*. 3ª. Ed, Campinas, Editora da UNICAMP, 1994, p.535-549.
22. LOZANO, Jorge Eduardo Aceves, Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
23. MEIHY, José Carlos Sebe Bom, *Manual de história oral*, cap.: Projeto de história oral. São Paulo: Loyola.
24. METZ, Christian. Além da analogia, a imagem. In: *A Análise das Imagens: seleção de ensaios da revista 'Communications'*. Tradução: Luís Costa Lima e Priscila Vianna de Siqueira, ed. Vargas, 1983.
25. MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHLOVITCH, Sandra (orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
26. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – revista dos programas de estudos dos pós-graduados em história e do departamento de história*. São Paulo: v.10. 1993.

27. PEIRANO, Marisa G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia ( Volume I)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, Brasília, DF: CAPES, 1999.
28. POLLAK, Michael, Memória e Identidade Social. *Rio de Janeiro, Estudos Históricos*, v.5, no. 10, Rio de Janeiro: FGV, 1992., p. 200-215.
29. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org), *Experimentos com história de vida (Itália e Brasil)*, São Paulo: Vértice.
30. ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v.9, nº17, 2000, p. 85-91.
31. SILVA, Gibeon de Brito. A função social dos arquivos de comunidades faveladas. Rio de Janeiro: UNIRIO – CCH, 2003. (trabalho de conclusão de curso de Arquivologia). Texto impresso.
32. SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org), *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.
33. VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
34. ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

## **6 - ANEXO**

DVD contendo trechos das entrevistas do projeto “Versão do Passado”, realizadas entre os anos de 2002 e 2005. Duração: 7min e 30seg.